



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 709 - DE 10 A 23 DE MARÇO DE 2024 - R\$ 5,00



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Realizado o XVII Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)

**Construir o Partido marxista-leninista-
trotskista, como parte da reconstrução
do Partido Mundial da Revolução
Socialista, a IV Internacional**

DERROTAR A CAMPANHA SIONISTA DE ISRAEL, ORGANIZANDO A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA

**Dois anos de guerra na Ucrânia. Por uma paz sem
anexação! Enfrentar a ofensiva da OTAN com o
programa e os métodos de luta da classe operária**

A ULTRADIREITA BOLSONARISTA PREPARA UMA CONTRAOFENSIVA

**Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem um Dia Nacional
de Luta, em defesa do programa de reivindicações dos explorados**

**32 anos de dissolução da União das
Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**

A luta de Trotsky contra o restauracionismo estalinista



Realizado o XVII Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)

Nos dias 2 e 3 de março, os delegados discutiram, apresentaram proposições e aprovaram as Resoluções Internacional e Nacional, bem como o Informe de Atividades do Comitê Central (CC). Estiveram presentes, a direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e a seção chilena. As Resoluções e o Balanço de Atividades do CC foram divulgados no Boletim Interno das seções. Na direção do CERQUI, se discutiu alguns aspectos divergentes apresentados pela seção Argentina sobre a questão da derrocada da URSS e da restauração capitalista. O que foi publicado no Boletim Interno com uma resposta. Foi significativa a conclusão de que o CERQUI tem a tarefa de fazer um estudo sobre o processo de restauração capitalista na China.

Apesar das diferenças, a direção do CERQUI aprovou a linha geral da Resolução Internacional. Observa-se que o XVII Congresso do POR se voltou plenamente à tarefa de elaboração de uma resolução abrangente sobre a situação econômica e a luta de classes mundiais. As intervenções dos membros do CERQUI e da seção chilena fortaleceram a convicção dos delegados de que aprovavam teses que servirão de guia para o próximo período da luta de classes.

Constituída a mesa dirigente, o Congresso teve início com um ato político de defesa da autodeterminação do povo palestino, apoio à resistência da nação oprimida e condenação do genocídio que o Estado sionista e o imperialismo norte-americano e aliados praticam na Faixa de Gaza. Foram lançados os livros “Palestina. Guerra na Faixa de Gaza e Genocídio do Povo Palestino. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário” e “La Revolución Palestina” (“A Revolução Palestina”), publicados pelas seções do Brasil e Argentina, respectivamente. O ato concluiu com a leitura e aprovação por aclamação da resolução “Diante do massacre do povo palestino, levantar as massas exploradas”.

Em seguida, o presidente da mesa apresentou o regimento do Congresso e a ordem dos trabalhos. Um delegado destacado pelo CC deu início expondo em linhas gerais o Projeto de Resolução Internacional. Aberta a discussão ao plenário, inúmeros delegados se inscreveram, destacando os aspectos fundamentais do documento. O que evidenciou de imediato a preparação das resoluções e do balanço de atividades nas células e regionais. A mesma atitude se manteve posteriormente diante da discussão sobre a situação nacional e o balanço de atividades, apresentados pelos delegados destacados pelo CC. As propostas de emendas e correções refletiram o rigor da preparação e o avançado grau de elaboração coletiva. As emendas rejeitadas passaram por cuidadosas explicações. O acordo geral com as resoluções e o balanço de atividades mostraram a coesão partidária sobre a base do programa, da linha política, da análise objetiva e da aplicação teórica do marxismo-leninismo-trotskismo.

O POR atravessou um momento difícil com uma cisão provocada pela incompreensão de alguns ex-camaradas que não admitiram estabelecer as divergências sobre o processo de restauração capitalista na URSS no terreno da comprovação histórica. Ao se lançarem como uma fração, caminharam para a auto-exclusão. O Congresso afirmou a aplicação do centralismo democrático. Eis por que o XVII Congresso teve a particularidade de realizar um balanço dessa dolorosa experiência. Confirmou a correção da linha estabelecida na Resolução Internacional do XVI Congresso e a Resolução aprovada no V Congresso do CERQUI (ambos em 2022).

As campanhas do POR desenvolvidas em torno à guerra na Ucrânia e à guerra do Estado sionista contra a Faixa de Gaza impulsionam inequivocamente o programa da revolução social e as bandeiras que unificam a classe operária contra o imperialismo e toda forma de opressão nacional. A compreensão quanto aos condicionamentos da crise do capitalismo mundial sobre as crises nacionais está claramente exposta na Resolução Nacional.

Os delegados ressaltaram o acerto das diretrizes do POR diante do governo nacional-reformista de Lula e das tendências ultradireitistas encarnadas pelo bolsonarismo. Discutiui-se o conteúdo e aplicação tática da bandeira de oposição revolucionária ao governo do PT e da frente ampla. A caracterização de que o nacional-reformismo se mostra impotente nas condições de declínio do capitalismo, de ampliação da miséria e fome e da polarização entre as classes foi aprofundada pela discussão em torno ao continuísmo do governo do PT quanto à manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, bem como das novas medidas que protegem o capital financeiro e os poderosos grupos econômicos. Essa formulação atingiu um ponto alto ao se avaliar o acerto do POR em levantar a bandeira “Abaixo o Golpe” diante dos acontecimentos de 8 de janeiro. A bandeira por um Dia Nacional de Luta respondeu à necessidade de unir os explorados no campo da independência de classe, sob um programa e métodos próprios de luta.

Os informes de atividades do CC, das Coordenações regionais e da Comissão Operária não apenas reafirmaram a importância estratégica de construir o POR no seio da classe operária, como também mostraram o avanço do trabalho operário alicerçado no Boletim Nossa Classe. Houve um aprendizado sobre como vincular as respostas às necessidades da classe operária em contraposição à exploração capitalista e como vinculá-las à construção do partido. Essa experiência deve ser ampliada e aprimorada. O balanço da Comissão de Mídia se baseou no entendimento de sua função auxiliar ao trabalho de propaganda. Houve um aprimoramento, que deve ainda ser acompanhado no sentido de como possibilita divulgar as bandeiras, atividades e programa do POR. Nesse marco, foram dados passos significativos na consolidação do desenvolvimento programático do POR na forma de publicação de livros. O livro sobre a Palestina, bem como o da Ucrânia, reúne os vários documentos que serviram de instrumentos para a intervenção do partido no âmbito da luta internacional pela revolução social e pelo socialismo. Essa linha de propaganda exige um grande esforço partidário.

Reconheceu-se, por outro lado, a necessidade de recuperar o terreno perdido junto à juventude e ao movimento estudantil. A discussão sobre as regionais apontou para o objetivo de consolidar a organização do POR nos estados em que se encontra embrionariamente e abrir caminho para outros estados. A influência nacional do partido tem crescido, trata-se de transformá-la em organização.

O XVII Congresso esteve sob a bandeira de “Memória Eterna a Lênin, dirigente da Revolução Russa”, falecido em 21 de janeiro de 1924. Encerrou-se com um pronunciamento de uma delegada, que referiu-se à Declaração do POR, publicada precisamente na data em que completava um século de seu falecimento. No pronunciamento, foram lidas duas passagens: “Um século da morte de Lênin e suas formulações teóricas e programáticas continuam imprescindíveis para o proletariado combater o capitalismo, reconquistar o terreno perdido para a contrarrevolução, reerguer organizativamente o internacionalismo proletário, impor derrotas ao imperialismo, impulsionar as revoluções proletárias e retomar o curso da transição do capitalismo ao socialismo iniciado pela Revolução Russa”. E “(...) Toda força, todo empenho, em superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem em suas mãos essa tarefa histórica. Sua força, hoje, se mede pela assimilação e aplicação do marxismo-leninismo-trotskismo”.

Os delegados de pé e punhos erguidos cantaram o hino da Internacional. Encerrou-se o XVII Congresso com um Viva à Revolução e ao Internacionalismo Proletários! Um Viva à construção do Partido Operário Revolucionário! Um Viva à Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Resolução XVII Congresso do Partido Operário Revolucionário do Brasil, Seção do CERQUI

Diante do massacre do povo palestino, levantar as massas exploradas

2 de março de 2024

O XVII Congresso se realiza diante de um novo massacre criminoso do terrorista Estado de Israel contra o povo palestino na Faixa de Gaza, que, desesperado, desarmado e faminto, se mobilizou em direção aos 30 caminhões que chegavam com alimentos. 120 foram assassinados e centenas ficaram feridos pela ação repressiva. Os militares atiraram contra a multidão. Os corpos foram carregados nos mesmos caminhões em que a comida chegou. É difícil imaginar mais horror do que aquelas imagens que nos lembram os piores pesadelos da humanidade. Não existem versões “contraditórias” dos acontecimentos como afirma Biden, o que aconteceu está visível.

Netanyahu é responsável, o Estado de Israel é responsável, e os EUA, que apoiam militar e financeiramente o genocídio, são responsáveis. Também são responsáveis os governos imperialistas que permitem tamanha monstruosidade. Não há nenhum organismo internacional que possa deter este massacre. Todos são cúmplices diante de tal atrocidade. Em quatro meses, já mataram mais de 30 mil palestinos (o Secretário de Defesa dos Estados Unidos reconhece que “mais de 25 mil são mulheres e crianças, mais de 70% do total”), 17 mil crianças ficaram órfãs, há milhares de desaparecidos, casas e hospitais, destruídos. São milhares de feridos e mutilados. Israel e aliados procuram esmagá-los através da fome e da repressão, a fim de se expandirem ainda mais sobre os seus territórios. Estamos diante de uma verdadeira catástrofe social.

A decomposição capitalista empurra esta guerra contra o povo palestino, que se estende aos países vizinhos, como todas as guerras do mundo, para reafirmar a hegemonia imperialista, expandir, dominar as regiões que concentram matérias-primas essenciais. A guerra não será interrompida com discursos.

A resposta está na luta das massas exploradas, que podem expressar a rebelião das nações oprimidas. São os mesmos que se mobilizam no Médio Oriente e em todo o mundo em solidariedade com o povo palestino. Mas o que é decisivo é que a classe operária intervenha unida, em todo o mundo, com os seus próprios métodos de luta, com a sua própria política, para bloquear o comércio

com Israel, para impedir que as armas lhe cheguem, e também para enfrentar o imperialismo, um evidente cúmplice deste massacre. Os sindicatos e as centrais sindicais têm uma responsabilidade em suas mãos. É necessário constituir uma frente anti-imperialista, que enfrente as potências com um só punho, que devem ser derrotadas e desarmadas, para acabar com as suas guerras e com o seu armamento desenfreado.

Toda a solidariedade ao povo palestino! Viva a sua resistência para conquistar seu direito à autodeterminação!

É preciso expulsar os Estados Unidos e seus aliados, desmantelar suas bases militares na região e seus porta-aviões.

Pela derrota do terrorismo sionista e do seu Estado, expulsando as suas forças de ocupação!

Chamamos os judeus antissionistas, que repudiam o massacre perpetrado pelo Estado de Israel, a lutar ao lado do povo palestino pelo fim do genocídio e pela bandeira da autodeterminação.

A estratégia é a de unificar os explorados palestinos e judeus em uma República Socialista, como parte da tarefa histórica de pôr em pôr os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

XVII Congresso do POR-Brasil – Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

Aprovação das Resoluções e tarefas colocadas pelo XVII Congresso do POR

O programa do POR tem como estratégia a revolução proletária, para derrotar o capitalismo e erguer o socialismo. Assinala que a classe revolucionária capaz de levar a cabo o programa da revolução social é o proletariado em aliança com o campesinato. No Brasil, país semicolonial, a revolução proletária combinará as tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia com as transformações socialistas, que serão materializadas pelo governo operário e camponês, a ditadura do proletariado. A aplicação do programa do POR implica o fortalecimento do partido, que está obrigado a assimilar as lições do marxismo-leninismo-trotskismo, e, em particular a concepção leninista de partido.

O XVII Congresso reafirma que a construção e o fortalecimento do POR dependem do avanço da penetração do programa no interior da classe operária. Nesse sentido, foi de extrema importância a discussão e a aprovação do balanço de atividades apresentado pelo Comitê Central (CC).

Os militantes do partido puderam discutir nas células os projetos de resoluções internacional e nacional durante três meses. E, pela primeira vez, as resoluções foram em grande medida fruto da elaboração coletiva: as células puderam contribuir com formulações, sugestões, avaliações e correções sobre a situação política internacional e nacional. Destacamos alguns pontos:

Sobre a Resolução Internacional

A Resolução parte da compreensão de que vivemos a fase de desagregação do capitalismo, em que a escalada militar ganhou proporções gigantescas com a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, ativando antigos conflitos entre a potência hegemônica e os governos nacionalistas do Oriente Médio, em particular, o Irã, e evidenciando o esgotamento da partilha do mundo pós-Segunda Guerra Mundial. Como parte dessa situação, indissolúvelmente interligada, vem se potenciando a guerra comercial entre os Estados Unidos e China. Essa situação foi respondida programaticamente durante esses dois anos que antecederam o XVII Congresso, como parte da campanha internacionalista desenvolvida pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Os delegados e simpatizantes avaliaram como acerto político essa campanha internacionalista, que está apoiada em quatro eixos fundamentais:

a) Defesa da autodeterminação da Ucrânia, o que implica o combate à aliança imperialista dirigida pelos Estados Unidos, o desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas contra a Rússia; defesa da integridade territorial da Ucrânia, retirada das tropas russa e por uma paz sem anexações;

b) Fim da invasão do Estado sionista à Faixa de Gaza; autodeterminação da Palestina, recuperação de seus territórios anexados por Israel, combate à intervenção dos Estados Unidos e aliados na região, que se materializa na luta anti-imperialista, no apoio à resistência do Hamas sem, contudo, apoiar sua política nacional-fundamentalista, e a defesa da República Socialista da Palestina, que só poderá ser alcançada por meio da revolução social. A bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente dá o conteúdo programático estratégico da defesa das nações oprimidas dessa região contra as potências saqueadoras;

c) O conflito dos Estados Unidos com a China, que se manifesta na guerra comercial, vem ganhando força com as disputas dos Estados Unidos em torno a Taiwan. A aprovação na Cúpula de Madrid do objetivo de projetar a OTAN para o Indo-Pacífico, o rearmamento do Japão e o avanço das bases militares nas regiões africanas e nas proximidades do Mar Vermelho indicam o esgotamento da ordem mundial constituída após a Segunda Guerra Mundial. Nesse marco, ressalta a importância decisiva da liquidação da URSS pela contrarrevolução, cujas consequências foram aprofundar a crise de direção, enfraquecer a luta dos explorados e potencializar o avanço da opressão nacional;

d) A luta de classes vem ganhando força em várias partes do mundo. As greves na França contra as reformas antipopulares do governo, entre elas as manifestações para pôr abaixo a contrarreforma da Previdência, para derrubar a lei da imigração. Destacam as greves de ferroviários na Bélgica e Alemanha, no setor de saúde na Inglaterra, nas metalúrgicas nos Estados Unidos, entre outras. De conjunto, esse movimento operário e popular expressam o descontentamento das massas, que obriga as burocracias sindicais a romperem a sua passividade. O que não significa que abandonaram sua política de conciliação de classes. As manifestações massivas em escala internacional contra o genocídio do povo palestino têm sido a mais elevada demonstração de força das massas contra o intervencionismo do Estado sionista de Israel e a política imperialista dos Estados Unidos e aliados.

No entanto, essa situação favorável aos explorados e oprimidos se esbarra na profunda crise de direção. A ausência dos partidos revolucionários e do Partido Mundial da Revolução Socialista é o grande problema a ser superado em favor da unidade anti-imperialista e anticapitalista e em defesa da derrocada do capitalismo e edificação do socialismo.

Nesse sentido, o POR tem se esforçado em explicar o significado da dissolução da III Internacional e do desmonte da URSS pela política restauracionista do estalinismo como fator que interrompeu a transição do capitalismo ao socialismo nos países que realizaram a revolução proletária. Esse retrocesso político da classe operária atingiu todas as latitudes, o que obriga os partidos marxistas-leninistas-trotskistas a trabalharem por reconstruir a IV Internacional, única via para superar a crise de direção. Daí a nossa tarefa de assimilar as experiências das revoluções proletárias, que vêm sendo propagandeada pelos materiais do POR, jornais, folhetos, livros, cursos etc.

Sobre a Resolução Nacional

Um dos pontos bastante discutidos foi a caracterização do governo Lula, como um governo burguês de frente ampla. Várias intervenções foram feitas mostrando o governo do PT como nacional-reformista e de continuidade das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. As correntes vinculadas ao governo do Lula – PCdoB e PSOL -, abandonaram os discursos da campanha eleitoral em relação à revogação das contrarreformas, procuram ocultar as medidas antioperárias e antipopulares de Lula, trabalham por potencializar a política de conciliação de classes e se voltam, nesse momento, para as disputas eleitorais, alimentando ilusões democrático-burguesas na ampliação da correlação de forças nas instituições do Estado. As correntes centristas, após os períodos eleitorais, retomaram os discursos contrários às medidas do governo Lula. No entanto, se apoiam na política de conciliação de classes, quando se trata de potencializar a luta da classe operária e dos demais explorados por suas reivindicações. Tanto as correntes reformistas quanto as centristas acabam sendo obstáculos para o avanço do programa proletário no seio da classe operária.

Os delegados mostraram o acerto das seguintes bandeiras e tarefas do partido:

a) A bandeira de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula, assentada no programa próprio de reivindicações dos explorados e nos métodos da luta de classes;

b) Unidade da classe operária e demais explorados em torno às reivindicações elementares, como o salário mínimo vital, o emprego a todos por meio da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho, o reajuste automático de acordo com a elevação do custo de vida e fim das contrarreformas, trabalhista e previdenciária;

c) Campanha contra as privatizações. Defesa da estatização das empresas privatizadas, sob o controle da classe operária;

d) O combate às reformas privatizantes da educação. Defesa de um único sistema de ensino, público, laico e voltado à produção social;

e) Defesa da saúde gratuita, sob o controle da classe operária. Combate a todas as formas de privatização, como a terceirização. Defesa de um sistema único de saúde público. Fim da rede privada de saúde.

Bandeiras e reivindicações que estiveram materializadas na defesa de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação das condições para a greve geral em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Resoluções da Comissão Operária e das Coordenações regionais

Esse ponto de balanço do trabalho do partido junto à classe operária e à juventude oprimida foi de grande valor e permitiu que

a maioria dos militantes expressassem, mostrando a linha correta do partido e as tarefas para o próximo período. Entre os pontos, destacamos:

A) A luta contra a política de conciliação de classes da burocracia sindical e a defesa da independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos. A burocratização dos organismos dos explorados vem anulando os princípios elementares da democracia sindical. Tem-se agravado com o uso das formas on-line para limitar as ações coletivas da classe operária e dos demais explorados. As assembleias são controladas pelas direções autoritárias, os Congressos e as eleições servem unicamente para referendar a orientação política e manter nos aparatos sindicais as direções colaboracionistas. Há muito a democracia operária foi extirpada das instâncias sindicais. Têm prevalecido os acordos que eliminam antigas conquistas dos trabalhadores. E a flexibilização capitalista do trabalho passou a fazer parte das diretrizes do sindicalismo, seja de direita, centro-direita e esquerda. Esse fenômeno, que não é estritamente nacional, provocou retrocessos na consciência de classe dos trabalhadores. O trabalho do POR junto à classe operária visa romper esse brutal cerco da burocracia sindical. O trabalho de fora para dentro das fábricas é custoso e depende da assimilação dessa política partidária por parte da militância. Eis os principais aspectos;

a) O Boletim Nossa Classe tem sido um instrumento valioso do partido. Para isso, avaliou como fundamental que todas as regiões passem a divulgá-lo de forma sistemática;

b) Trabalho na porta das fábricas. Além da distribuição do Boletim Nossa Classe, o partido vem divulgando os materiais do partido, principalmente, o Jornal Massas. Avaliou-se de extrema importância o trabalho de colagem de cartazes nos corredores fabris, expressando as bandeiras e reivindicações assumida pelo partido.

c) O trabalho junto à juventude oprimida é de grande valor para o partido. Boa parte dessa juventude se encontra nas escolas públicas de educação básica. Trata-se de um contingente de jovens submetido às brutais consequências da decomposição do capitalismo. São jovens que fazem parte das famílias onde o desemprego, subemprego, fome e miséria estão presentes, o que obriga parte da juventude a vender sua força de trabalho nas condições mais precárias. Diante dessas condições, não resta outra alternativa a não ser abandonar os estudos. Outros jovens, movidos pelo desespero, recorrem à marginalidade e acabam nas cadeias, ou assassinados pela polícia. O crescimento do número de jovens que nem estuda, nem trabalha assinala o quanto o capitalismo já não pode proteger a juventude, enquanto força de trabalho.

A partir dessas considerações, vários militantes ressaltaram a importância do Boletim voltado à juventude oprimida, bem como com o Boletim Universitário, respondendo aos problemas da educação, diante do capitalismo em desagregação. E trabalhando com as reivindicações que unificam a juventude com o programa da classe operária. Recuperar as organizações estudantis para a luta implica travar um combate às direções burocráticas, que se apoderaram das entidades e que praticam a política de conciliação de classes.

Conclusão: esse conjunto de questões, análises e considerações colocaram o XVII Congresso do POR como um dos pontos mais altos da fusão entre a teoria e a prática. As condições de desintegração mundial do capitalismo e os seus poderosos reflexos sobre o Brasil e a América Latina exigem todo esforço de firmeza programática para que a vanguarda com consciência de classe cumpra seu dever de construir os partidos revolucionários como parte indissolúvel da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Caminhos da crise política do governo Lula

O fracasso da tentativa de golpe de Estado e o apoio de influentes setores da burguesia à posse de Lula, incluindo o dos Estados Unidos, permitiram a reorganização do novo governo. O presidente petista fez caras conções às forças de direita e de centro que controlam o Congresso Nacional. E tratou de reconciliar o poder Executivo com o Judiciário. Seu ministro da Defesa foi selecionado com o objetivo de compatibilizar a governabilidade com as Forças Armadas, que haviam servido em grande medida à política da ultradireita bolsonarista. Quanto aos capitalistas, garantiu a continuidade das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Não tocaria na reorganização das relações de trabalho baseada na terceirização, informalidade, quebra de antigos direitos e, portanto, na precarização dos vínculos de contratação da força de trabalho. Aí está refletido o continuísmo da política econômica de Lula, certamente no que diz respeito à essência: atender aos interesses do grande capital nas condições de crise econômica.

As mudanças foram de grau e de aparência. O critério fiscal do “teto de gasto”, adotado na ditadura civil de Temer, foi comprometido no governo de Bolsonaro, que se deparou com os tremores da longa pandemia. Lula negociou o “arcabouço fiscal”, que, apesar de mais maleável, seguiu a exigência do capital financeiro de manter o rigor fiscal, necessário para não desestabilizar a gigantesca dívida pública. No meio do caminho, se viu diante de uma ofensiva do agronegócio para limitar o alcance da demarcação de terra indígenas. Fez de conta que discordava. Não reagiu à altu-

ra, para não perturbar sua lua de mel com o Congresso Nacional. A promessa de erradicar a miséria e a fome entre os indígenas, e protegê-los dos grileiros, desmatadores, mineradores etc. serviu de propaganda assistencialista.

O grande feito de Lula, porém, foi o de atender a um antigo pleito de setores do grande capital: pôr em marcha a reforma tributária. O ministro da Economia, Haddad, não teve muita dor de cabeça. O caminho da reforma já estava aplainado, cabendo apenas administrar os interesses das várias esferas envolvidas. Recebeu, por esse feito, parabéns do Fundo Monetário Internacional (FMI). A classe operária e os demais explorados continuarão a arcar com a massa dos impostos. E os capitalistas contarão com uma nova distribuição de recursos, sendo que o santuário da dívida pública permanecerá intocável.

Para os miseráveis e famintos, apenas se retornava ao nome do Bolsa Família, que havia sido trocado no governo de Bolsonaro por Bolsa Brasil. Mesmo o valor de R\$ 600,00 foi herdado da gestão bolsonarista. Os incrementos na área da “proteção social” são insignificantes diante do mar de miséria que abrange todos os estados do Brasil. Neste preciso momento, o presidente Lula e o ministro do Trabalho Marinho apresentaram pomposamente um projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional que regulamenta a profissão dos motoristas de aplicativos. Não altera a superexploração. O piso de R\$ 32,00 por hora, por si só, comprova a violenta exploração. Eis por que está prevista uma jornada máxima de

12 horas, que é uma loucura. O direito à contribuição previdenciária, ao auxílio maternidade e à representação sindical não passa de uma extensão de alguns aspectos da CLT. Os motoristas de aplicativos continuarão como autônomos, como exigiam os empresários do setor. Não serão reconhecidos como uma categoria. Trata-se de uma discriminação odiosa. Para ganhar um pouco acima de um salário-mínimo, terão de se matar de trabalhar no trânsito infernal das grandes cidades. Ficaram de fora uma multidão de entregadores, como é o caso dos motoboys.

A ausência de organização dessa massa de trabalhadores que, desempregados, recorrem ao recurso dos aplicativos, explica a facilidade com o governo nacional-reformista e de frente ampla de Lula pode manobrar junto ao patronato para legalizar uma profissão sofrida, sem que se proteja os trabalhadores da extensa jornada de trabalho, do baixo ganho, da fadiga e dos acidentes a que estão sujeitos. Ideologicamente, se alimenta a ilusão de que ser autônomo é uma vantagem, por não depender de um patrão. A classe operária terá de travar uma dura luta para se defender do avanço das contrarreformas e aglutinar a massa de trabalhadores de aplicativos e de motoboys.

É necessário ainda denunciar o reajuste miserável do salário-mínimo. Lula, o PT e aliados de esquerda abandonaram a promessa de recompor o poder real de compra do salário-mínimo, ainda que muito aquém das necessidades reais da família trabalhadora. Os milhões de trabalhadores e aposentados que recebem um salário-mínimo sustentam pela base a superexploração capitalista. Outros milhões que sobrevivem com ganhos abaixo do salário-mínimo estampam a barbárie social. A política assistencialista, que até mesmo governos de direita e ultradireita acabam praticando, é um recurso utilizado pela burguesia para controlar os oprimidos e sufocar seus instintos de revolta.

Os sindicatos se acham amplamente controlados pela burocracia vinculada ao Estado burguês, a setores do patronato e a governos. Esse é um dos grandes obstáculos para unir os explorados sobre a base de um programa próprio e métodos da luta de classes. Acima se encontram o obstáculo dos obstáculos que é a ausência de um partido revolucionário enraizado no proletariado. Essa combinação histórica permite ao PT e toda a renque de nacional-reformistas desviarem os instintos de combate dos explorados à espera das migalhas que virão do Estado e da política burguesa. Lula e seus serviços tudo fazem para se distinguir das diretrizes de Bolsonaro, mas no fundamental comportam-se como continuístas. Cabe à vanguarda dar expressão social e política à bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.

Bolsonaro e bolsonarismo esboçam reação

A manifestação convocada por Bolsonaro na Av. Paulista, sem São Paulo, pretendeu mostrar força política. E conseguiu. Milhares compareceram vestidos de verde e amarelo. Mostraram organização e servilismo. As mais influentes igrejas evangélicas e o Partido Liberal se fundiram na forma de um movimento de ultradireita. Seus vínculos com os militares e a polícia foram se ampliando sob a direção de Bolsonaro. São os herdeiros da ditadura militar que se impôs de 1964 a 1985. Assentam-se, sobretudo, no poder econômico da agroindústria, latifundiários e comerciantes. Suas ligações com o aparato dos evangélicos dos Estados Unidos e com a fração fascizante da política norte-americana dão-lhes norte internacional.

O bolsonarismo se forjou assegurado pelas raízes profundas deixadas pelos governos militares de ultradireita e de matriz norte-americana. Essa fração política da burguesia nacional ganhou corpo nas condições de esgotamento do ciclo nacionalista, que abrangeu o período de 1930 a 1964. O último governo nacionalista, de João Goulart, herdeiro do varguismo, foi derrubado pela fração

francamente pró-imperialista das Forças Armadas. A derrota dos militares nacionalistas e as duas décadas de ditadura permitiram uma limpeza nas Forças Armadas. No final dos anos de 1980, a crise econômica em escala mundial inviabilizou a continuidade do regime militar, que teria de ceder lugar à volta da democracia oligárquica. Realizou-se uma transição negociada assentada no movimento de massas pela volta das eleições presidenciais. De forma que as Forças Armadas tão somente afastaram-se da direção governamental direta do Estado.

A democratização do regime foi incapaz em punir os crimes da ditadura e reorganizar as Forças Armadas sobre a base de instituições democrático-burguesas. O que implicaria romper com o poder da velha oligarquia e com os condicionamentos do imperialismo norte-americano. A reconstituição da democracia oligárquica teve a função de encontrar variantes políticas para a burguesia administrar os seus negócios nos marcos de uma crise econômica, que apesar de seus altos e baixos, se revelou crônica. A instabilidade política reflete as profundas contradições entre a potencialidade das forças produtivas e a camisa de força das relações capitalistas de produção, marcadas pelo desenvolvimento desigual e combinado, típico dos países semicoloniais. Os 39 anos da democracia reconstituída foram de instabilidade política.

A origem e desenvolvimento do PT fazem parte desse processo. Ergueu-se como uma alternativa reformista, que reatou os elos do nacionalismo burguês derrotado em 1964, evidentemente modificado pelo acentuado pendor socialdemocrata. Os velhos partidos oligárquicos que serviram à ditadura, o MDB e Arena, se subdividiram, entre direita e centro-direita. O PT se projetou neste quadro, com um partido nacional-reformista, herdeiro da bandeira de desenvolvimento e soberania nacional.

A derrocada do governo do PSDB, sob a condução de Fernando Henrique Cardoso, no final dos anos de 1990, abriu caminho para a experiência com o único partido novo. Apesar de Lula, na presidência, ter contado com um momento econômico favorável, não estabilizou a governabilidade. Enfrentou uma forte oposição da direita e da centro-direita burguesas. Teve de escapar ao processo do “mensalão” e uma tentativa de impeachment. Dilma Rousseff realizou um mandato ainda mais instável. E, no seu segundo mandato, foi derrubada por um movimento golpista, que se valeu do Congresso Nacional oligárquico para armar o impeachment.

Os militares permaneceram nos bastidores diante do processo institucional fraudulento. Mas, estavam por detrás do golpe e com ele emergiram sob a ditadura civil de Temer. Sob Bolsonaro, passaram a ter acento no núcleo central do governo. As igrejas evangélicas e as Forças Armadas, apoiadas nas forças sociais burguesas e pequeno-burguesas mais retrógradas, conformaram a definição da ultradireita bolsonarista.

O PT foi ao fundo do poço com a defenestração de Dilma Rousseff e, em seguida, com a Operação Lava Jato que concluiu com a prisão de Lula. O governo de Bolsonaro ruiu golpeado pela incapacidade de responder à pandemia. Momento em que afloraram as divisões Interburguesas. Os choques do Executivo com o Judiciário e com parte significativa do Congresso Nacional ensejaram uma revisão da Operação Lava Jato, a libertação de Lula e a recuperação de seus direitos políticos. A orientação geral da burguesia era a de substituir Bolsonaro por um governo de centro-direita. Mas, Lula veio à luz do dia como principal opositor à ultradireita. Sua eleição esteve condicionada a constituir um governo de “frente ampla”, incluindo frações da direita e centro-direita. Derrotou Bolsonaro por uma pequena margem de voto, indicando a força da ultradireita, que penetrou no seio das massas por meio dos aparatos evangélicos e de uma poderosa fração do poder econômico-oligárquico.

Essa polarização indicou a fragilidade do novo governo. Lula e o PT retomavam a presidência subordinados às forças burguesas do capital financeiro e industrial que se afastaram de Bolsonaro e

apoiaram quando ficou claro a inviabilidade de uma candidatura da chamada “terceira via”. De fato, foi um fracasso a candidatura de Simone Tebet, que passou a ocupar o ministério do Planejamento.

Bolsonaro, os generais de ultradireita e o PL tudo fizeram para impedir a vitória de Lula, recorrendo a ações coletivas. Derrotados nas urnas, prosseguiram com esse objetivo conspirando no sentido de um golpe de Estado, como vem sendo revelado pela investigação da Polícia Federal. Está comprovado o complô de Bolsonaro, militares, policiais, parlamentares e empresários. A CPMI do dia 8 de janeiro expôs um conjunto de implicados, mas deixou de fora Bolsonaro.

O aperto do cerco ao ex-presidente e ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto, levou os golpistas a realizarem uma demonstração de força no dia 25 de janeiro na Av. Paulista. Assinalou-se uma contraofensiva da ultradireita diante das derrotas sofridas. O PL se tornou o maior partido do Congresso Nacional. Recebe o maior montante do bilionário fundo partidário, tem em sua base o portentoso aparato das igrejas evangélicas, conta com a conivência de poderosos grupos econômicos e se acha vinculado a uma fração do imperialismo norte-americano. Neste preciso momento, os bolsonaristas do PL conquistaram a presidência das principais comissões na Câmara dos Deputados, como Educação, Constituição e Justiça, Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A derrota eleitoral de Bolsonaro não demoliu esse império político. Espera-se que com as comprovações de sua responsabilidade perante a tentativa de golpe em 8 de janeiro se limite esse poderio da ultradireita. O problema está em que a experiência com o bolsonarismo não foi esgotada pela parcela da população que foi canalizada para o campo político da ultradireita. E o governo de Lula não tem como ajudá-las a se livrarem da camisa de força que continua a prendê-las ao bolsonarismo. A manutenção das contrarreformas que vêm dos governos Temer e Bolsonaro, a persistência da alta taxa de desemprego, embora tenha caído, o avanço da terceirização, o minguado salário-mínimo, a incapacidade po-

lítica de derrubar o marco temporal, a política econômica subordinada à gigantesca dívida pública, o arcabouço fiscal e a reforma tributária que continuará penalizando os pobres são evidências de que o governo de Lula não rompe com as diretrizes da direita e ultradireita para enfrentar a decomposição do capitalismo.

As massas continuam a arcar com as consequências da alta concentração de riqueza em posse da ultraminoria, da estagnação econômica e do peso estrutural da miséria e da fome. A ultradireita se nutre precisamente da incapacidade do reformismo modificar o curso da desintegração do capitalismo, que é ordem mundial. A democracia abriga a ultradireita e o golpismo ditatorial. Não foi possível constituir uma portentosa democracia burguesa após o fim do ciclo da ditadura militar iniciado em 1964. Não foi possível libertá-la de sua forma oligárquica. Essas contradições impedem que essa tarefa seja cumprida pela burguesia. A emersão de uma ultradireita particularmente caracterizada pelo bolsonarismo – junção de militares, igrejas evangélicas, militares e empresários – demonstra a impossibilidade de a burguesia realizar profundas reformas democrática e sociais. Essa questão passou inteiramente para as mãos da classe operária.

O problema é que se acha desorganizada e submetida à política de conciliação de classes da burocracia sindical, que em grande medida segue o PT e se aglutina em torno a Lula. O combate à política de ultradireita não está desvinculado do combate à política do reformismo e do colaboracionismo classista. É preciso distingui-lo, sem contudo, desconhecer ou ocultar a essência burguesa das duas variantes que estão em conflito no interior do Estado e que procuram manter as massas divididas e subordinadas. A organização de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula é fundamental para enfrentar a ultradireita bolsonarista. É no campo da independência de classe que o proletariado derrotará as tendências fascizantes da burguesia, libertará os explorados das ilusões no reformismo, unirá suas forças sobre a base de um programa próprio, lutará contra a exploração capitalista e marchará sob a estratégia da revolução social.

8 de Março - Manifesto do POR

Partido 



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

www.pormassas.org | fb.com/massas.por | anchor.fm/por-massas | por@pormassas.org

8 de Março de 2024

A luta pela emancipação da mulher é anti-imperialista e anticapitalista

Nesse 08 de março exigimos: o fim do genocídio palestino e das guerras imperialistas; proteção à maternidade; direito ao aborto gratuito e seguro pelo SUS; emprego para todas e todos; salário-mínimo vital; fim das privatizações; revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, Novo Ensino Médio e do Marco Temporal.

A cada ano, a burguesia, com seus governos e instituições internacionais, prometem medidas para melhorar a vida das mulheres, porém a realidade é que as velhas mazelas da opressão se mantêm, se renovam e se agravam. Por mais que o drama das mulheres trabalhadoras tenha particularidades, é impossível cortar o vínculo

que as une aos demais explorados e oprimidos, afinal a raiz de classe das opressões é comum. Com base na propriedade privada dos meios de produção e divisão das sociedades em classes sociais se erguem todas as discriminações e violências que se perpetuam, mesmo com suas modificações de forma, ao longo da história.

Dar um futuro às mulheres e à humanidade

O capitalismo não tem nada de progressivo a oferecer à humanidade. As respostas burguesas às crises são as guerras; a exploração voraz da natureza gerando epidemias, eventos climáticos extremos; e o agigantamento do desemprego, precariedade e miséria. A vida dos explorados torna-se cada vez mais insuportável e o peso sobre as mulheres é ainda maior.

A Guerra na Faixa de Gaza retrata a barbárie social. São cinco meses de bombardeios que mataram pelo menos 30 mil palestinos, dos quais, mais de 70% são mulheres e crianças. Somente a classe operária é capaz de pôr fim ao genocídio e garantir a libertação do povo palestino. O imperialismo norte-americano e o europeu são responsáveis pelo massacre. Foram as potências imperialistas que, por meio da ONU, criaram o Estado de Israel para ter o controle político e econômico da região. Tem sido muito importante a resistência no Oriente Médio e a solidariedade internacional, inclusive com setores operários impedindo o envio de armas a Israel.

A guerra de Israel, assim como a da Ucrânia — que ultrapassou dois anos e pode transbordar para um enfrentamento nuclear — são partes da busca pelo imperialismo, tendo os Estados Unidos à frente, de uma nova partilha do mundo. Os custos das guerras recaem inteiramente sobre os explorados, com as ondas de refugiados e o aumento do custo de vida. É preciso unificar a classe operária para impedir a ofensiva da OTAN, dismantelar suas bases militares, além de exigir a retirada das tropas russas e garantia do direito à autodeterminação. Temos de erguer a bandeira de uma paz sem anexações e imposições do imperialismo.

Por salário e direitos iguais para trabalhos iguais!

As mulheres são punidas por exercerem a função social da maternidade. As mesmas que geram a vida e são obrigadas a assumir as tarefas de cuidado, quando conseguem se inserir em um trabalho formal, recebem salários menores, têm menos direitos e ocupam profissões mais desvalorizadas, o que as leva também a ter aposentadorias mais baixas. No Brasil, as mulheres correspondem a 64% das pessoas fora do mercado de trabalho. Cerca de 43% das mulheres recebem o salário-mínimo. A cada 10 lares chefiados por mulheres negras, quatro convivem com algum tipo de fome. As garantias legais de igualdade salarial são incapazes de acabar com as discriminações. É preciso um forte movimento unificado para exigir empregos para todas e todos. A autonomia financeira é fundamental para a vida das mulheres. Exigimos a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, com redução das jornadas, sem redução de salários. Nenhum trabalhador deve receber menos do que um salário-mínimo vital, o DIEESE calcula que são necessários R\$ 6.723,41 para uma família trabalhadora viver. A ausência de empregos e os baixos salários empurram as famílias para as moradias precárias, inclusive para áreas de risco. A lei da terceirização e as reformas da previdência e trabalhista ampliam as desigualdades. Exigimos a revogação das contrarreformas, e a efetivação e contratação direta de todas os trabalhadores terceirizados.

Abaixo as privatizações

O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin dá continuidade aos fundamentos econômicos dos governos de Temer e Bolsonaro. Mantém um teto dos gastos com novo nome, impõe arrocho no salário do funcionalismo e cortes orçamentários nas áreas sociais para pagar a dívida pública, preserva as contrarreformas e as privatizações. O governo federal libera financiamentos

do BNDES para os estados fazerem suas “concessões”, atingindo o transporte, saneamento e até mesmo as penitenciárias. É preciso erguer uma frente única anti-imperialista para impedir novas privatizações e reestatizar todas as empresas e serviços já entregues à iniciativa privada. É fundamental impor o controle operário, uma vez que o Estado burguês sabota e precariza os serviços.

Pela autodeterminação dos povos indígenas

O Estado burguês no Brasil foi erguido sobre o genocídio do povo indígena e a escravização do povo negro. O governo Lula se iniciou subindo a rampa com representantes dos setores mais oprimidos da sociedade, porém, para manter sua governabilidade se subordina ao imperialismo e às oligarquias. As mineradoras, garimpeiros, agronegócio, madeireiras e outros continuam a invadir as terras indígenas. Além da fome provocada pela destruição das fontes de caça e pesca, expulsão dos territórios e violência geral, as mulheres e meninas sofrem com os estupros e a exploração sexual. Nos estados, a violência no campo, sobre indígenas e quilombolas, segue deixando seu rastro de sangue, que será agravado com a lei do Marco Temporal, aprovada pelo Congresso Nacional, com votação significativa de partidos que integram o governo federal. Os assassinatos de Nega Pataxó e da liderança quilombola Mãe Bernardete, assim como tantos outros, são crimes da burguesia. Para defender a vida dos povos indígenas, é fundamental defender a revogação do Marco Temporal, demarcação de todas as terras e lutar pela real autodeterminação, inclusive com o direito de constituírem seus próprios Estados.

Abaixo a escravidão no lar

Dos 7,1 milhões de brasileiros entre 14 e 24 anos que nem estudam e nem trabalham, 60% são meninas e mulheres, a maioria negra e com filhos pequenos. O tempo dedicado pelas brasileiras ao trabalho doméstico não remunerado e cuidados é de 21,3 horas semanais, quase o dobro que os homens. Segundo a Oxfam, se as horas de trabalho de cuidado exercido gratuitamente por mulheres fossem remuneradas, custariam 10,8 trilhões de dólares por ano. As panaceias de políticas de cuidado ou remuneração dos afazeres domésticos se chocam com o apodrecimento do capitalismo. É preciso retomar as bandeiras históricas do movimento operário: abaixo a escravidão no lar, por creches, lavanderias e restaurantes estatais. O direito à maternidade exige a luta para que o Estado pare de matar os filhos das mulheres pobres e, principalmente, negras. Independente do partido que ocupa a presidência ou governos, as chacinas policiais seguem sua marcha fúnebre. É preciso erguer os tribunais populares para julgar os crimes da burguesia.

Como acabar com as violências contra as mulheres?

Apesar da existência de legislações que tipificam e punem com maior rigor os feminicídios, a violência doméstica e os estupros, a vida das meninas e mulheres está sob constante ameaça. O anuário de segurança pública (2023) notificou o maior número de estupros da história, com quase 75 mil vítimas, das quais 56.820 são menores de 14 anos, em geral abusadas em suas casas por agressores conhecidos. Foram 1.437 feminicídios, atingindo majoritariamente as mulheres negras. Apesar de as vítimas terem o direito formal de exigir justiça, essas ações bárbaras não se resolverão com leis mais punitivas ou medidas educativas. Os governos do PT, mesmo com a criação de secretarias especiais, ministérios, conferências, leis e ações afirmativas, confirmaram que o Estado burguês é incapaz de defender a vida das mulheres. Enquanto houver a sociedade de

classes, de onde brota todo tipo de violência, a vida das meninas e mulheres seguirá sujeita a todas essas formas odiosas de opressão.

Pelo direito ao aborto seguro e gratuito

O mesmo sistema que pune as mulheres pela maternidade, não garante as condições de desenvolvimento pleno das crianças e não protege as mulheres e meninas dos estupros impõe-lhes que levem adiante uma gravidez inviável ou indesejada. No Brasil, o aborto legal é garantido permitido em casos de estupro, risco de vida para a gestante e anencefalia do feto. A projeção da ultradireita, desde a conjuntura pré-golpe de 2016, se apoiou no obscurantismo religioso, procurando limitar ainda mais esse direito. No dia 28 de fevereiro, o Ministério da Saúde emitiu uma nota técnica que afirmava não haver limite temporal para a realização do aborto, uma informação que se confrontava com a orientação bolsonarista. Bastou a reação da ultradireita para que no dia seguinte a nota técnica fosse revogada.

No Brasil, 90% das interrupções de gestações são decorrentes de estupros. São muitos os obstáculos às mulheres para abortar, com a interferência de juízes, religiosos que excomungam equipes de saúde, e médicos que alegam “objeção de consciência”. Nem todos os municípios têm medicamentos e estrutura hospitalar, e mesmo a maior cidade do país, São Paulo, por conta do obscurantismo do prefeito (MDB), fecha serviços de aborto legal. Há mulheres que precisam se deslocar por mais de 1.000 km. Além disso, são impostas torturas e humilhações, como em Goiás, em que se obrigam as gestantes que farão o aborto legal a ouvir os batimentos cardíacos do feto antes do procedimento. Com essa via crúcis, um procedimento de baixo risco vai se complexificando. Com todas as restrições, muitas recorrem aos abortos clandestinos. Para cada aborto legal realizado no país, há 80 casos malsucedidos que são notificados na rede de saúde. O aborto, geralmente clandestino, está entre as principais causas de mortalidade materna no Brasil.

Pela oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Aickmin

Demagógicamente, a burguesia e seus governos reconhecem as discriminações e violências contra as mulheres, chegam a inventar metas como a Agenda 2030 de alcançar a igualdade de gênero nos

próximos 6 anos. Governos reformistas, como o do PT, se apoiam no discurso da representatividade e diversidade, porém, dão continuidade ao salário-mínimo de fome, destruição de direitos, privatizações e negação de direitos básicos como o aborto. É preciso exigir das centrais sindicais, movimentos sociais, populares e estudantis que rompam com o governo e convoquem um verdadeiro dia nacional de luta, com paralisações, ocupações, bloqueios de avenidas e rodovias. As reivindicações erguidas nesse 8 de março devem integrar um plano nacional de luta. O governo usa o golpismo da ultradireita como pretexto para se calar diante das traições e ataques do governo Lula. O caminho para enfrentar o golpismo é a independência de classe, com nossas reivindicações, métodos e estratégia própria de poder.

Por um 8 de março internacionalista!

Está na origem do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora o internacionalismo proletário. A data foi criada pelas mulheres socialistas, para exigir direitos políticos e trabalhistas e foi escolhida em homenagem às mulheres operárias que iniciaram a revolução russa de 1917. Essa primeira revolução proletária vitoriosa deu origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), deu passos inéditos na libertação da mulher da escravidão no lar, buscando transferir ao Estado as tarefas domésticas, incorporar as mulheres na produção e eliminar todas as discriminações. Com base na expropriação da burguesia, abriu condições para eliminar todas as opressões, seja sobre as mulheres, homossexuais ou sobre povos. A transição ao socialismo, porém, foi bloqueada pela burocratização do Estado Operário. O estalinismo no poder interrompeu o enfrentamento a todo tipo de opressão: voltou a dificultar o aborto, o divórcio, criminalizar a homossexualidade e reforçar a opressão nacional. A restauração capitalista e a liquidação da URSS reacenderam todas as opressões.

É preciso superar a crise de direção para recuperar o terreno perdido e avançar. O Partido Operário Revolucionário (POR) convoca todos aqueles que querem acabar com a opressão sobre as mulheres a se unir em nossas fileiras. Batalhamos para reconstruir a IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista. Sem a participação das mulheres oprimidas, revolução social é impossível. E, ao mesmo tempo, somente destruindo o capitalismo e edificando uma sociedade socialista, é possível conquistar a emancipação das mulheres.

INTERVENÇÃO DO POR NO 8 DE MARÇO

8 de março pelo aborto, contra as privatizações e contra o genocídio do povo palestino

Pernambuco

RECIFE

O 8 de março, no Recife, teve como mote: “Pela vida das mulheres: Pela legalização do aborto. Contra o racismo ambiental e as violências. Não às privatizações!” e também se posicionou contra o genocídio palestino. 40 organizações participaram da organização, incluindo partidos, Ongs, sindicatos e movimentos sociais. A maior parte das falas fez as denúncias das discriminações e violências e exaltou a diversidade das mulheres: trabalhadoras, indígenas, negras, lésbicas, trans etc. Muitas exigiam a punição de Bolsonaro e dos golpistas, com cartazes feitos pelo PT de “Sem Anistia”. Houve falas abertamente governistas, como a de Rosa Amorim, do MST, deputada estadual pelo Movimento Brasil Popular/



PT. “Lula voltou e com ele a democracia e a esperança, a dignidade de construir um país feminista e popular”. Outras atacaram exclusivamente o bolsonarismo e outras simplesmente ignoraram que o governo é contrário à bandeira mais básica do movimento que é o direito ao aborto. Que a luta terá de se dar com independência de classe, em oposição ao governo. Houve falas críticas ao governo, como as do PSTU e MRT.

O POR atuou com seu manifesto em que trazia as bandeiras históricas do movimento, internacionalistas, proletárias, e as reivindicações capazes de unificar os oprimidos no Brasil e no mundo. Ergueu a defesa de oposição revolucionária, com os métodos e estratégia proletários. Divulgou os livros “Palestina” e “Resposta Marxista às Opressões” Atuou no bloco do Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco, que teve um panfleto próprio, que acabou se constituindo como uma ala mais à esquerda dentro da manifestação, expressando uma luta anti-imperialista e exigindo do governo Lula que rompa com Israel.

Eis o conteúdo de nossa fala:

“Nesse 8 de março, é muito importante a luta contra o genocídio do povo palestino. Em 150 dias de guerra já foram mais de 30 mil palestinos mortos, dos quais 9 mil são mulheres, 70% são mulheres e crianças. Estamos aqui para exigir o fim do genocídio palestino e de todas as guerras imperialistas. Lutamos pelas reivindicações em defesa da vida das mulheres, o que significa também defender o direito ao aborto. No dia 28 de fevereiro, o Ministério da Saúde revogou uma portaria bolsonarista que colocava limite ao tempo para a mulher poder usufruir do direito ao aborto legal. Porém, o bolsonarismo fez pressão e o governo recuou, o que provoca mais mortes de mulheres. Mesmo em casos de aborto legal, tem uma série de bloqueios que impedem a mulher de exercer esse direito. Defender a vida das mulheres é lutar pelo direito ao aborto, que ela possa decidir.

O mesmo Estado que proíbe as mulheres de abortar, que obriga elas a levar adiante uma gravidez inviável ou indesejada é o Estado que mata os filhos das mulheres negras nas periferias, é o sistema que discrimina as mulheres no mercado de trabalho, as pune com menores salários e menos direitos por serem mulheres. É um Estado que não garante creches, restaurantes comunitários. É muito importante defender o direito ao aborto, mas também o direito às condições para a mulher levar adiante a maternidade.

Hoje é dia de lutar por emprego para todos e todas, pelo salário mínimo de acordo com as necessidades das famílias trabalhadoras, o fim das privatizações, a revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, novo ensino médio e marco temporal. Estamos juntos na luta.

O 8 de março tem uma origem proletária, socialista e revolucionária. Vamos retomar essa origem defendendo a independência de classe.”

Barreiros

Em Barreiros-PE houve um ato dentro do campus do IFPE. Convidamos alguns sindicatos, mas não compareceram. Participou apenas uma representação do PT, que falou do avanço da participação das mulheres no sindicato. Participaram servidores e estudantes, denunciando a violência, discriminações. Houve falas de estudantes e servidoras que denunciaram situações de abuso e que reafirmaram a importância do 8 de março como dia de luta.

O POR atuou defendendo um Dia Nacional de luta, que não é possível defender as mulheres sem defender emprego, salário e direitos. Por fim, deu o informe da luta dos servidores federais, principalmente os técnicos-administrativos, que sentem a desvalorização do salário. Mostrou a importância de as mulheres fortalecerem os sindicatos e os métodos de luta dos trabalhadores.

Ceará

8 de março marcado pelo governismo e divisionismo

Em Fortaleza, o 8 de março aconteceu dividido em dois atos convocados pelas correntes e burocracia sindical. O primeiro foi realizado pelo Sindiute (Articulação/PT), que aprovou paralisação no magistério municipal e uma passeata até o Paço Municipal, para pressionar a Prefeitura pelo atendimento de reivindicações ignoradas na última greve. O segundo foi conduzido por coletivos feministas no centro da cidade com uma programação que incluía feiras femininas na praça do Ferreira e ato político-cultural. A divisão enfraqueceu, visivelmente, o 8 de março e deveu-se ao corporativismo da burocracia sindical.

Além da fragmentação, prevaleceu o governismo nas manifestações. Embora, inúmeras correntes tenham sido obrigadas a denunciar a mortandade na Palestina, onde a máquina de guerra de Israel vitimou milhares de mulheres, mães e trabalhadoras, não perderam a oportunidade de defender o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. A maioria dos discursos esteve alinhada com a ideia geral de combate à ultradireita por meio da justiça, com a exigência da prisão de Bolsonaro e os envolvidos da tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023.

O POR interveio no ato, convocado pelos coletivos feministas, com seus jornais, bandeiras e manifesto, defendendo a linha de que “A luta pela emancipação da mulher é anti-imperialista e anti-capitalista”. A tarefa das operárias e trabalhadoras oprimidas em geral é a de erguer o partido revolucionário do proletariado, frente à desintegração mundial do capitalismo. Eis o chamado do marxismo-leninismo-trotskismo neste Dia Internacional das Mulheres.

Rio Grande do Norte

Pronunciamento do POR pelo fim de toda opressão nacional e de classe

O ato em Natal contou com a presença de cerca de 500 pessoas, entre as quais representações parlamentares e candidatos do PT e PSOL, sindicatos, movimentos feministas e estudantis, além de partidos políticos. Chamou a atenção que, nas falas, predominou a política do feminismo pequeno-burguês, mas diferente dos anos anteriores, nos cartazes, deu-se mais ênfase à violência e falta de direitos às mulheres, porém sem apontar a sua verdadeira raiz, apesar do palavreado revolucionário de algumas correntes que se reivindicam do socialismo.



Apesar da burocracia impor apenas 2 minutos de fala (e fazer vista grossa às falas dos parlamentares), o POR conseguiu fazer sua intervenção quase no fim do ato, colocando-se pela defesa do internacionalismo proletariado, enfatizando que as reivindicações das mulheres têm de estar vinculadas ao programa de reivindicações da classe operária, em defesa do emprego a todos, contra a barbárie social que recai sobremaneira às mulheres. Destacou que a luta consequente pelo trabalho igual, salário igual, fim da dupla jornada, direito ao aborto etc. se choca com o Estado e os governos burgueses, que inclui o governo Lula. Finalizou com a defesa do povo palestino diante da guerra do Estado sionista de Israel, financiado pelo imperialismo, que vem praticando o genocídio, principalmente mulheres e crianças. A luta pela autodeterminação da Palestina permite unificar palestinos e judeus em torno à constituição de uma República Socialista. Viva a resistência do povo palestino!

São Paulo

Preparação para o ato

A organização da manifestação do 8M se fez em reuniões no mês de fevereiro. As correntes organizadoras do ato são, em sua maioria, correntes que compõem ou apoiam o governo burguês de Lula/Alckmin, que vão desde o PT, o Pcdob, o PSOL, a UP estalinista, o movimento negro e setores culturais. As correntes minoritárias (Conlutas, PSTU, MRT, CST etc.) formam uma certa oposição. O POR participou da organização para debater o conteúdo de classe do governo burguês e defender as reivindicações dos oprimidos com os métodos próprios da luta de classes, nas ruas, em unidade com o proletariado. Também comparecemos para combater o eleitoralismo descarado das correntes pequeno-burguesas, que, diante das privatizações de Tarcísio e Ricardo Nunes, defenderam ampliar as “candidaturas de esquerda” nas próximas eleições. A estratégia para elas é ampliar o leque de apoiadores à candidatura de Guilherme Boulos.

Frente à questão do genocídio na Faixa de Gaza, só colocaram que há o genocídio porque Lula dias antes proferiu esta declaração nos meios de comunicação. De resto, ignoraram a necessidade de dar o caráter anti-imperialista na luta em curso. Combateram a proposta de caracterizar que as guerras no atual período imperialista são de dominação. O PCdoB, que apoia a invasão de Putin, alegou que a guerra na Ucrânia é diferente. Como se a invasão não fosse para ampliar o controle regional da Rússia, enquanto se defende do cerco da OTAN.

Aceitaram a proposta do POR de inclusão da construção dos comitês de luta nos bairros, escolas e locais de trabalho. Mas, como o texto já nasceu deformado, na essência, com caráter eleitoral, tal proposta foi incorporada de maneira oportunista, para servir de instrumento ao eleitoralismo. Foi um debate profundamente despolitizado. Um setor de mulheres petistas, ligadas aos autistas, propôs retirar a palavra “greve” do manifesto. Uma líder do MNU complementou dizendo “greve é coisa de mulher branca”, mostrando todo seu atraso político na compreensão da luta que devemos travar para incluir na produção social, com salários e direitos, o conjunto das mulheres e homens explorados.

Neste ano, percebemos que as reuniões estavam menores do que no ano passado. Os agrupamentos majoritários tentaram aparentar que estavam mais à esquerda e que estavam formando uma construção democrática com ampla representatividade. No essencial, o lado burocrático com quem é divergente se manteve. Na reunião, voltaram a propor prioridades nas falas do caminhão.

Elaboraram um roteiro onde priorizava as parlamentares ditas “progressistas”. A prioridade das intervenções foi decidida em uma reunião com quórum baixo, devido aos alagamentos em São Paulo.

Como se vê, as decisões aprovadas foram dos partidos majoritários, incluindo seus representantes parlamentares, identitários. Praticamente não havia trabalhadores de base nas reuniões presenciais.

Principais aspectos da manifestação

O ato foi maior do que no ano passado. Composto majoritariamente pela pequena burguesia e classe média empobrecida. Foi engrossado pelos professores e professoras municipais que subiram em passeata após a assembleia que aprovou a greve. Também contou com muitos estudantes universitários. Porém, diferentemente do ano passado, a manifestação foi caótica, com diversos pontos de tumultos. Isso porque o crivo burocrático imposto pela maioria organizadora do ato impediu a intervenção do PCO no carro de som. A resposta desse grupo pequeno-burguês, tal como tem feito nas manifestações da Palestina, foi de ampliar o barulho de seus batiques e agredir fisicamente as mulheres organizadoras. A resposta da organização, por sua vez, foi a pior possível, chamou a PM para dentro da manifestação, colocando em risco toda a atividade. Até agora, nenhuma corrente organizadora do ato assumiu o grave erro de ter chamado a polícia assassina de Tarcísio para resolver um conflito entre as correntes políticas. A hipocrisia é tão grande, que parte daqueles que chamou a PM denunciou a chacina do braço armado do Estado no litoral de SP. Como se vê, a disputa por aparatos, interburocrática determinou a conduta da maioria das correntes. Isso quando ambos os lados do conflito (PCO e correntes organizadoras) estão pela mesma saída burguesa de defender o governo de conciliação de classes de Lula/Alckmin, além da via eleitoral democratizante. Uma disputa artificial, aparelhista, que só enfraquece a luta das mulheres e homens explorados por uma saída com independência de classe frente a todos os governos burgueses e frente à fracassada democracia burguesa.

A intervenção da camarada porista mostrou que a raiz dos problemas dos trabalhadores e trabalhadoras em geral está no capitalismo, na sociedade de classes. Mostrou a importância de construir um partido revolucionário para unir todos os setores oprimidos que lutam diariamente por suas reivindicações, como os yanomami, os trabalhadores do setor privado, o funcionalismo público e aqueles que estão fora da produção social, sendo a maioria mulheres. Defendeu ainda a importância de construir uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, porque nossa luta, para ser vitoriosa, precisa ter como estratégia a revolução proletária e destruição do capitalismo apodrecido. Caso contrário, continuaremos sendo vítimas dos extermínios diários da burguesia e fazendo protestos em vão.

O fato de a manifestação não ter tido um caráter proletário e não expressar o real instinto de revolta dos oprimidos mostra a gravidade da crise de direção. As correntes que controlam os movimentos e sindicatos estão profundamente adaptadas ao capitalismo e à democracia burguesa. Quanto ao conflito aparelhista não passa de um reflexo dessa mesma contradição histórica. A incompreensão das correntes de esquerda de que toda opressão é uma manifestação da opressão de classe está na base da crise de direção no movimento de mulheres. A falta de uma direção revolucionária prolifera as confusões e mostra a urgência da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O POR se dedica diariamente a esse trabalho, através do CERQUI e da construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Março de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Resposta do Boletim Nossa Classe

Contra o fechamento da Toyota em Indaiatuba Que o sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos da região Emprego não se negocia. Se defende com a greve, com a ocupação da fábrica

A Toyota anunciou no dia 5 de março que vai fechar a sua fábrica em Indaiatuba (SP) e transferir a produção para Sorocaba (SP). Nessa unidade trabalham 1,5 mil metalúrgicos. A montadora informou que a transferência da produção iniciará em 2025 e concluirá em 2026.

Em novembro de 2023, a Toyota concluiu o fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo, onde com o auxílio da burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC demitiram 500 operários. A burocracia sindical traidora, que no início fala que não irá aceitar o fechamento das fábricas e que irá defender os empregos, para logo em seguida trair, negociando e empurrando goela abaixo dos trabalhadores acordos de PDV's e indenizações, em troca do fechamento da fábrica e a demissão dos operários.

As empresas contam, por um lado, com isenção fiscal e subsídios dos governos, e, por outro, com a ajuda da burocracia sindical que faz tudo para impedir a luta dos operários contra o fechamen-

to das fábricas. Segundo seu comunicado oficial, nos últimos seis meses (abril a setembro de 2023), a Toyota vendeu 4,775 milhões de veículos e sua receita total de vendas foi de US\$ 145 bilhões. A montadora teve lucro líquido de US\$ 17,5 bilhões. A Toyota quer aumentar ainda mais seu lucro demitindo e pagando menores salários com a transferência da produção para Sorocaba.

Os trabalhadores da Toyota devem rechaçar todo acordo negociado pela direção do sindicato que inclua demissão. Devem levantar a bandeira: emprego não se negocia! Se defende com a greve, com a ocupação da fábrica e implantando o controle operário da produção. Devem lutar pela estatização, sem indenização da Toyota e de todas as fábricas que ameçarem fechar. O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem que o sindicato dos metalúrgicos de Campinas convoque uma assembleia geral dos trabalhadores da região, para unificar a luta contra o fechamento de mais uma fábrica, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Borracheiros - ABC

Chega de proteger os patrões! Voltar as nossas forças para lutar pelos empregos e salários

Em meados de fevereiro, o presidente do Sintrabor, Márcio Ferreira, deu uma entrevista ao Diário do Grande ABCD, onde diz "diante da crise da borracha, que se iniciou em 2021 com a redução zero da alíquota de importação, a Bridgestone anuncia a prorrogação do layoff". A redução foi aprovada pelo governo ultradireitista de Bolsonaro em 2022, para proteger o setor de transporte de cargas, evidentemente que a redução da alíquota de importação trouxe ganhos para o setor de transporte de cargas e criou um atrito entre a burguesia de pneus de cargas e as multinacionais Bridgestone, Tritan e Prometeon, que anunciaram prejuízos em seus negócios. Em 2023, foi retomada pelo governo do PT a alíquota de 16% sob a importação. Mas os "atritos" entre os burgueses dos setores de transportes de cargas e as multinacionais Bridgestone, Tritan e Prometeon continuaram.

A Bridgestone, em setembro do ano passado, abriu o layoff, alegando dificuldades para pagar os salários. Impôs o layoff, pois os salários são pagos com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ou seja, frente à crise produzida pelo seu próprio sistema econômico, além de aumentar a exploração do trabalho daqueles que continuaram trabalhando, as empresas recorrem ao layoff.

Quando da distribuição do Boletim Nossa Classe de março na Bridgestone, os operários disseram que os trabalhadores que estão em layoff enfrentam dificuldades para receber os salários. Quando os militantes do Boletim perguntaram sobre a posição da direção do Sindicato, os operários não sabiam responder. Certamente, porque a direção do sindicato não convocou uma assembleia para denunciar o que se passa com os salários dos trabalhadores que estão afastados pelo layoff. Apenas reclamaram que o sindicato deixava a desejar em relação à insalubridade, e que o processo judicial é muito demorado.

Burocracia do sindicato defende o pleito da multinacional

A direção do sindicato, Sintrabor, Força Sindical, lançou um documento intitulado "Relatório Crise na Indústria de Pneus do Brasil". O relatório é uma clara defesa do pleito da indústria da borracha. Chega ao ponto de dizer que para defender o emprego de todos é preciso que a indústria de pneus seja ouvida pelo governo do PT de frente ampla. Reforça o pedido da patronal, Federação

da borracharia, por meio da campanha: “Vamos dar um basta na concorrência desleal! Medidas Protetivas Já! Pro emprego na indústria de pneus não acabar”. A burocracia do sindical toma para si o pleito patronal de exigir que o ministro e vice-presidente, Geraldo Alckmin, retome as negociações com o setor da borracharia. Ao invés de organizar a luta pelos empregos e fim da flexibilização capitalista do trabalho, em que o layoff faz parte, os burocratas dão as mãos aos patrões e viram as costas aos operários.

Os dirigentes sindicais só fazem isso porque não encontram resistência entre os operários. A ausência de comissão de fábrica classista e de uma oposição de luta acaba favorecendo a política dos burocratas sindicais, que é de colaboração de classe, de conciliação com os capitalistas. O Boletim Nossa Classe chama a vanguarda consciente a iniciar esse trabalho de reunir os operários para construir a comissão de fábrica verdadeiramente independente do patrão e da política traidora dos burocratas do sindicato.

São Paulo

Denúncia sobre a empresa Mercado Livre em Cajamar Trabalhador terceirizado se suicida dentro do Galpão

A empresa Mercado Livre utiliza no galpão de distribuição a terceirizada RANDSTAD, que pratica uma violenta superexploração do trabalho, que vai desde as condições precárias de trabalho até as pressões psicológicas, impondo metas cada vez mais abusivas. Essa condição tem provocado descontentamento e levado a atitudes extremas, como foi o caso do jovem que, no dia 19 de fevereiro, praticou o suicídio dentro do próprio galpão, segundo as testemunhas. O jovem trabalhador era funcionário da empresa terceirizada RANDSTAD. Esse rapaz estava trabalhando juntamente com outros companheiros quando foram chamados pela chefia e demitidos. O desespero o levou ao suicídio dentro da empresa.

As empresas terceirizadas sugam o quanto pode dos trabalhadores, particularmente dos jovens, e depois demitem, muitas vezes alegando “falta de perfil” e não cumprimento de “metas”. Boa parte dessas empresas atrasam os salários, demitem sem pagar os direitos. É o que se passa com as terceirizadas que prestam serviços na educação, a exemplo do que ocorre em São Paulo e Rio Grande do Norte.

Desgraçadamente, as direções sindicais têm aceitado os acordos de demissão e terceirização e, assim, a terceirização cresce como um rastilho de pólvora em todos os setores, sejam privados ou públicos.

A direção do Sindicato dos Empregados do Comércio de Franco da Rocha, por sua vez, ficou sabendo do suicídio dentro da terceirizada, mas se limitou a denunciar as condições de trabalho.

A Corrente Proletária que vem fazendo a campanha pelo fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados faz um chamado aos trabalhadores do Galpão do Mercado Livre a exigirem que o sindicato convoque uma assembleia, para organizar a luta contra a superexploração do trabalho. Defende a unidade dos efetivos e terceirizados. E luta para que Lula e sua burocracia sindical cumpram com a promessa de campanha eleitoral de revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, que inclui a lei da Terceirização e a reforma trabalhista de conjunto. Somente por meio da luta direta e com independência de classe será possível pôr abaixo essa monstruosa lei da terceirização.

São Paulo

Pôr em pé os comitê de luta em defesa dos empregos, salários e fim da terceirização

Em Francisco Morato, os trabalhadores e a juventude precisam organizar os comitês de luta, diante o aprofundamento do desemprego, salários arrochados e sucateamento dos serviços públicos. A cada dia, aumenta o número de pessoas pedindo esmolas, moradores de rua e trabalhadores que vivem na informalidade. Agora, são milhares de jovens, adultos e idosos que estão nessa terrível condição, porque em ano eleitoral os fiscais da prefeitura são orientados a não expulsar e reprimir. Isso por que os politiquinhos dependem do voto dos trabalhadores e da população pobre. Assim, na estação de trem de Francisco Morato e no terminal de ônibus, aglomeram os camelôs que vendem desde comida até fones de ouvido.

Em meio a essa barbárie social, partidos eleitorais como o PT e PSOL percorrem os bairros pobres e o centro da cidade, divulgando as promessas de campanha e alimentando ilusão de que por meio do voto é possível acabar com a miséria. Criam comitês eleitorais, no sentido de arrastar as massas exploradas.

A Corrente Proletária, ao contrário, denuncia essa política eleitoral e trabalha para pôr em pé o comitê de luta em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, saúde e moradia e fim das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Chama a juventude oprimida e os trabalhadores de Morato a participarem dessa luta para construir nosso instrumento de combate, que são os comitês de luta.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Intervenção do POR no ato contra a privatização do Metrô, da Sabesp e da CPTM

No dia, no dia 25 de fevereiro, ocorreu o ato em frente à Bolsa de Valores de São Paulo. As direções sindicais não se empenharam em convocar os trabalhadores, resultando em uma manifestação pequena. Durante o ato, um dos militantes do POR concedeu uma entrevista, que reproduzimos abaixo:

“Boa tarde aos trabalhadores que estão em frente à Bolsa de Valores. Nós do POR consideramos importante essa manifestação, estamos fazendo uma campanha contra a privatização do Metrô, da Sabesp e da CPTM, contra a terceirização e pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Nós temos o Boletim Nossa Classe que é distribuído nas fábricas. Nesta semana, entregamos na Mercedes de São Bernardo do Campo e na GM, porque esse combate à privatização e à terceirização é uma luta da classe operária, dos trabalhadores do metrô, dos ferroviários, da Sabesp, ou seja, de todos os trabalhadores. Por isso, estamos indo nas fábricas, porque a privatização da Sabesp afeta todos os trabalhadores e a privatização do Metrô e da CPTM também afeta os trabalhadores.

Esse projeto privatista, que tem como seu representante em São Paulo o governador ultradireitista Tarcísio, é nacional. Todos viram o que fez o governo burguês de Lula no dia 2 de fevereiro, abraçando a ultradireita aqui em São Paulo, dizendo que o governo Tarcísio terá tudo o que for necessário do governo federal. Ai vocês podem ver o compromisso de Lula com a política privatista, que se materializa por meio das parcerias público-privadas, com financiamento do BNDES. O governo burguês de Lula acabou concluindo a privatização do Metrô em Belo Horizonte e está prestes a privatizar o Metrô de Recife.

Rio de Janeiro

Entregador baleado e a conivência do governo burguês de Lula

No dia 4 de março, o entregador de aplicativo Nilton Ramon de Oliveira foi baleado em Vila Valqueire pelo policial militar Roy Martins Cavalcanti, após o PM se recusar a descer do seu apartamento para retirar o pedido que seria entregue por Nilton. Com a agressão ao entregador, foram convocados pelos próprios entregadores atos no local do crime e no hospital que o jovem está internado em estado grave.

O caso de Nilton ocorre quando se voltou a falar da regulamentação dos serviços dos entregadores de aplicativo. Isso por que no mesmo dia em que Nilton foi baleado o governo Lula/Alckmin anunciou uma nova regulação dos motoristas de aplicativos, chamada pelo próprio Lula de “uma nova organização do trabalho”. Inicialmente, vale para os motoristas de aplicativos, UBER, 99 etc., mas a ideia é que se estenda aos entregadores das plataformas como Rappi, IFOOD e outras. Vale lembrar que o governo Lula, através de seu ministro do trabalho, ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, desmobilizou a greve dos entregadores que aconteceria em janeiro de 2023, alegando que formaria uma comissão para regular os direitos trabalhistas desses trabalhadores. O movimento dos entregadores cancelou a greve e se desarticulou. Essa manobra, como denunciou o POR no Jornal Massas nº 681, contou com o apoio da Aliança dos Entregadores e do pequeno caudilho Galo, e só serviu para proteger os capitalistas e desbaratinar os trabalhadores, que vinham em um crescente de mobilização.

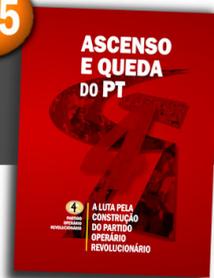
Um ano depois do cancelamento da greve, o governo surge com a proposta “Autônomos com direitos”, que nada mais é que

Portanto camaradas, essa é uma luta não só de São Paulo, é uma luta nacional, para colocar abaixo o plano privatista do governo Tarcísio e do governo burguês de Lula. Nós do POR estamos defendendo que as direções sindicais convoquem as assembleias unificadas dos metroviários, ferroviários e da Sabesp, para aprovar a luta contra as privatizações, que só pode ser com os métodos próprios dos trabalhadores, por meio da greve e das manifestações de rua massivas. Certamente, esse será o caminho para preparar a greve geral, porque a privatização é um projeto de nacional de entrega de empresas estatais. Por trás das privatizações, vêm as demissões e a expansão da terceirização. Será por meio da greve que iremos colocar a baixo a privatização e defender a reestatização de tudo que foi privatizado, a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Companheiros, as privatizações estão avançando. Onde estão as direções das centrais e dos sindicatos? Companheiros, reafirmamos: a luta direta é o único caminho para defender os empregos, salários e pôr abaixo os planos privatistas e a lei da terceirização.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário



Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

uma regulação que não garante os direitos trabalhistas da CLT, implementando algumas garantias mínimas aos trabalhadores dos apps, como um salário mínimo e direito à previdência, em que parte será arcada pelo próprio trabalhador. Na prática, o governo nacional-reformista de Lula se utilizou a conciliação de classes para garantir que os capitalistas dos serviços por aplicativos sigam explorando os trabalhadores por longas jornadas e salários miseráveis. Aí está mais uma confirmação de que esse governo é de continuidade aos governos anteriores, aprofundando as contrarreformas, como a trabalhista. Em relação aos entregadores, o próprio governo já anunciou que a negociação com o IFOOD está ainda mais difícil, o que indica uma provável condição inferior para os entregadores de bikes e motos.

Casos como o de Nilton Ramon são frequentes e tendem a ficar cada vez mais comuns, uma vez que a barbárie contra os explorados aumenta com a degeneração capitalista e ausência de qualquer forma de proteção social para categoria. É nesse contexto, de um governo conciliador, que esse caso deve ser analisado. A única resposta possível que une as reivindicações dos entregadores, da classe operária e da maioria explorada está na luta por um programa próprio, sob a base da defesa dos empregos, dos salários e dos direitos. A construção de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios e greves é a forma de dar corpo a essas reivindicações e retomar o caminho da luta, interrompido pela conciliação de classes petista. Nenhuma ilusão no governo burguês de frente ampla, somente confiança nas massas em luta com seus métodos próprios.

São Paulo

Balanço da reunião do Conselho do SINPEEM

Burocracia sindical insiste no divisionismo e no corporativismo

No dia 26/2, realizou-se a reunião do Conselho Geral do SINPEEM, no Centro de Formação do sindicato. O presidente do sindicato, Cláudio Fonseca/PCdoB, iniciou o encontro com poucas palavras – o que não é usual – e sugeriu que cada corrente organizada tivesse 5 minutos para desenvolver suas formulações acerca dos temas da conjuntura – o que também não é costume, geralmente são dados 2 minutos para cada orador, quando muito. A intenção foi desnudada depois, no momento dos encaminhamentos: Fonseca não queria que o centro da reunião fosse a questão da unidade do funcionalismo municipal, como ocorrera dias antes (23/2), na reunião presencial de Representantes de Escola. Vale lembrar que o SINPEEM rachou com o Fórum das Entidades (que congrega os sindicatos do funcionalismo da capital) e criou a Coeduc (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal, englobando SINPEEM, SINESP e SEDIN).

O presidente do sindicato tem baseado sua “argumentação” (na verdade, não passam de subterfúgios) basicamente em dois pontos: o primeiro, de natureza numérica. Segundo dados informados pelo próprio SINPEEM na reunião de RE, o total de servidores municipais é de 223 mil trabalhadores. Somente na Educação são 137 mil, e na Saúde são quase 50 mil. Fonseca, no entanto, tem usado esses dados, que demonstram a importância do setor da Educação, para “justificar” o seu divisionismo e seu corporativismo, como se os educadores sozinhos bastassem nessa luta. Assim, vira as costas para quase 90 mil servidores. Sabemos que esse divisionismo só serve para enfraquecer a luta e dar mais força ao Governo.

O segundo “argumento” está no problema da proposta do governo de substituir o regime de salários pelo de subsídios. A mudança de nomenclatura implicaria eliminar direitos históricos, como quinquênios e sexta-parte. Para seduzir uma parte da categoria e jogar com a divisão entre os trabalhadores, promete um valor inicial mais alto do que se recebe no piso atualmente. É o que se pode chamar de “canto da sereia”. No decorrer do tempo, excluindo-se os direitos hoje incorporados, a tendência é de a inflação ir achatando os valores recebidos. A grande questão é que boa parte das entidades do funcionalismo municipal de fato acatou a proposta de subsídios (pelo menos desde 2015), e o Cláudio usa esse elemento para “justificar” a divisão.

O problema é que, se levarmos às últimas consequências esse “argumento”, não haverá unidade alguma. Se o próprio Fonseca procurasse bem, encontraria em atitudes passadas e nas formulações do SEDIN e do SINESP vários elementos contrários à política do SINPEEM, e vice-versa. Não haveria Coeduc. Com esse falso critério, por exemplo, levando em conta a aliança do Fonseca com Doria nas eleições de 2016, ninguém que se reivindica de esquerda poderia fazer qualquer tipo de frente com o presidente do SINPEEM.

O erro está em tentar “justificar” a separação a partir de questões ideológicas e políticas. As divergências são evidentes. O que nos unifica são as reivindicações. A Corrente Proletária tem defendido a unificação de todo o funcionalismo (inclusive o funcionalismo estadual, que está em luta contra o desemprego dos contratados, da chamada “Categoria O”). A necessidade concreta exige que constituamos uma unidade prática de luta, no campo da independência de classe.

Daí a enorme importância de que as assembleias sejam presenciais e democráticas. Os trabalhadores devem discutir, deliberar e colocar em prática o que é votado. É assim que funciona a democracia operária. Por esse caminho, inclusive, podemos fechar as portas a qualquer posicionamento favorável ao regime de subsí-

dios, ou a qualquer outro posicionamento contrário aos interesses dos trabalhadores.

Daí também a importância de que as assembleias sejam massivas. Quanto maior a presença de trabalhadores, menor é a chance de manobras antidemocráticas por parte das direções burocráticas. Nesse sentido, cabe a crítica à maioria das entidades que compõem o Fórum, que tem comparecido às últimas lutas unitárias apenas com pequenas representações, sem mobilizar suas bases. Não queremos unidade com burocratas. Queremos unidade com as enfermeiras que aplicam as vacinas, com os servidores do controle de endemias, que nesse momento estão envolvidos no combate à dengue, com os cozeiros, com as assistentes sociais etc.

As assembleias devem aprovar não somente as reivindicações, mas os métodos de luta também. Nossa campanha salarial não pode repetir o erro que ocorreu no ano passado. Engolimos os míseros 5% de reajuste, porque nosso movimento não teve democracia. Toda a burocracia sindical, dos atuais integrantes da Coeduc ao Fórum, sem exceção, blindou o carro de som com seus capangas na porta. Na ocasião, mais especificamente na assembleia de 23 de maio, membros da oposição-SINPEEM (incluindo a Corrente Proletária na Educação) foram impedidos de falar no carro de som. Íamos defender a greve contra a proposta rebaixada de Ricardo Nunes.

Prevalendo o acordo de cúpula, fechado nos bastidores, o prefeito saiu fortalecido. Além de prosseguir atacando nossos direitos, continuou precarizando ainda mais as condições de salário e trabalho, tanto dos trabalhadores em Educação como do funcionalismo em geral. Agora anuncia mexer nos planos de carreira e concluir a privatização da Sabesp, ao lado do ultradireitista Tarcísio. Nunes apresentou na quinta-feira, 7/3/24, a proposta de míseros 2,16% para ativos e aposentados, mais 3,62% na forma de abono complementar para o piso, além de insistir na implantação do subsídio. Uma provocação! Está claro que a Prefeitura mais rica do Brasil insiste em desvalorizar o funcionalismo. Isto porque os Projetos de privatização, que vêm sendo aprofundados por Nunes, engolem o dinheiro público, fazendo com que grandes empresas da Educação faturem cada vez mais. A assembleia do dia 8/3 acertadamente rejeitou a esmola oferecida pelo governo.

Como se vê, a preocupação do Cláudio Fonseca era que os conselheiros repercutissem o debate sobre a unidade. Pretendia seguir em sua política corporativista sem maiores percalços. Tanto que, concluídas as intervenções sobre a conjuntura, tratou de “atropelar” os encaminhamentos, encerrando brevemente a reunião. Cabe à oposição denunciar tanto o autoritarismo permanente nas reuniões do sindicato, como a política divisionista nessa campanha salarial, transformando a indignação dos educadores em ação política, visando superar a atual direção burocrática, trabalhando para constituir uma nova, classista e revolucionária para o SINPEEM e para os organismos de massa em geral no Brasil.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

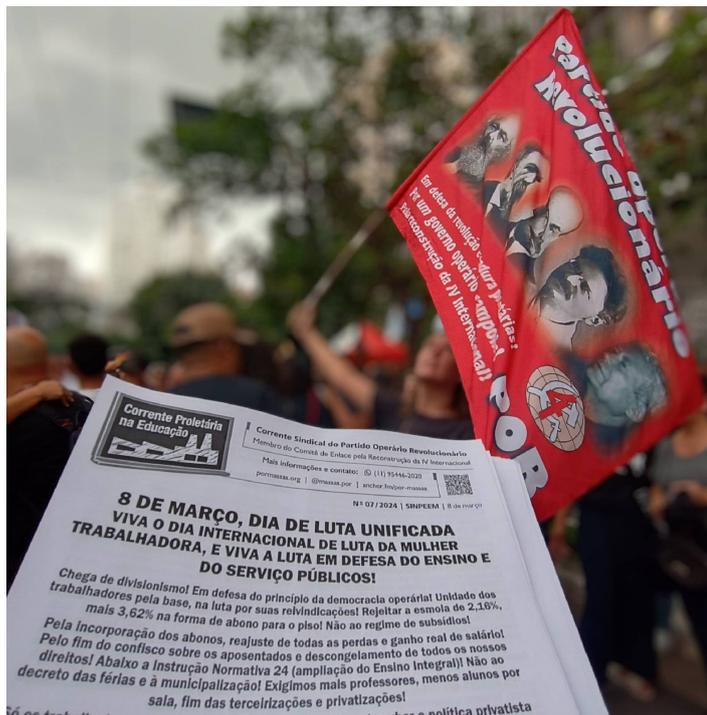
O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



São Paulo

Boletim da Corrente Proletária – SINPEEM



Na assembleia dos trabalhadores de educação municipal (Sinpeem) realizada em 8 de março, a Corrente Proletária interveio com o Boletim, Manifesto Internacional do Dia Internacional das mulheres, jornal Massas e outros materiais do partido, entre eles o livro que acabou de ser publicado sobre a Palestina.

O Boletim tinha como matéria central uma nota sobre o 8 de Março, com um “Viva o Dia Internacional de luta da mulher trabalhadora, e Viva a luta em defesa do ensino e do serviço públicos!” E com a seguinte proposta aos trabalhadores da educação: “Chega de divisionismo! Em defesa do princípio da democracia operária!

Unidade dos trabalhadores pela base, na luta por suas reivindicações! Rejeitar a esmola de 2,16%, mais 3,62% na forma de abono para o piso! Não ao regime de subsídios!”. Pela incorporação dos abonos, reajuste de todas as perdas e ganho real de salário! Pelo fim do confisco sobre os aposentados e descongelamento de todos os nossos direitos! Abaixo a Instrução Normativa 24 (ampliação do Ensino Integral)! Não ao decreto das férias e à municipalização! Exigimos mais professores, menos alunos por sala, fim das terceirizações e privatizações! Só os trabalhadores, com seus métodos próprios, podem derrubar a política privatista do Governo Nunes/MDB e seus ataques ao funcionalismo e à população”.

A segunda nota se referia à defesa dos direitos e rechaço à política privatista do prefeito Ricardo Nunes. Critica a miserável contraproposta de Nunes de 2,16% para ativos e aposentados, mais 3,62% na forma de abono complementar para o piso, além de insistir na implantação do subsídio. E sua política privatista de favorecimento às empresas em detrimento cada vez maior do funcionalismo.

Na terceira nota, denuncia o divisionismo do movimento dos servidores municipais, realizado pelas burocracias sindicais e chama à construção da unidade na luta para enfrentar o direitista prefeito. O que implica fortalecer as assembleias democráticas e os métodos próprios dos trabalhadores.

Por fim, denuncia os acordos de cúpula entre as burocracias sindicais e o prefeito. Reafirma as reivindicações que unificam o funcionalismo e ressalta que somente por meio da greve será possível derrotar a política de eliminação de direitos, arrocho salarial e privatização do prefeito direitista. Conclui também denunciando a utilização do movimento dos trabalhadores para fins eleitoralistas.

O Boletim da Corrente Proletária encerra com a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra na Ucrânia e por uma paz sem anexações; e pelo fim do genocídio do Estado sionista de Israel sobre o povo palestino.

Educação municipal de SP em greve

A assembleia do dia 8 de março, ocorrida em frente à Câmara Municipal, aprovou o início da greve, com nova assembleia marcada para o dia 13/3. A assembleia rejeitou a proposta do governo Nunes/MDB, de 2,16% para ativos e aposentados, mais 3,62% na forma de abono complementar para o piso, além de insistir na implantação do subsídio. A greve é o método acertado para enfrentar a intransigência do direitista Nunes. O prefeito tem anunciado que pretende enviar rapidamente à Câmara o projeto contendo os índices apresentados acima, o que é uma indicação de que não pretende negociar valores. A força da mobilização, porém, pode quebrar essa disposição e forçar o atendimento dos pontos de pauta dos educadores.

Para isso, é necessário que a greve seja massiva, assim como os atos de rua. Precisamos de uma greve ativa, radicalizando no método. A aprovação da paralisação das atividades favorece a liberação da vanguarda para que percorra as escolas com o comando de greve, que passa a ter uma importância decisiva. Há disposição grevista na base. São muitos problemas acumulados, não só a defasagem salarial. As condições de trabalho são péssimas, a categoria tem adoecido, o ensino integral tem criado diversos problemas na rede, por exemplo, com os acúmulos de cargos (o professorado é obrigado a acumular, devido aos salários não darem para o sus-

tento da família), entre outras questões graves também, como a falta de suporte para um atendimento digno às crianças e jovens com deficiência etc. Os comandos de greve precisarão se apoiar nesses elementos concretos para convencer e arrastar os educadores à greve.

Outra questão decisiva para erguermos a força social necessária para derrotar o governo Nunes está na unidade com o funcionalismo municipal, estadual e com os trabalhadores em geral. Aí há um problema sério a ser enfrentado, pois a conduta da direção do movimento, ou seja, da chamada Coeduc (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal, englobando SINPEEM, SINESP e SEDIN), tem sido a de sustentar um divisionismo estéril. A própria assembleia de 8 de março se deu simultaneamente à assembleia do restante do funcionalismo, uma ocorrendo em frente à Câmara e outra em frente à Prefeitura, a poucos quarteirões de distância, um completo absurdo.

O presidente do SINPEEM, Cláudio Fonseca, que retornou recentemente ao PCdoB, tem apontado como principal “argumento” para a divisão o fato de algumas entidades do Fórum de Entidades (que congrega os sindicatos do funcionalismo municipal) terem aceitado a política governamental de substituição do regime de salários pelo de subsídios (o que implica a perda de direitos

históricos, como quinquênios e sexta-parte). O que é um equívoco grosseiro por parte da direção do SINPEEM, pois o que deve guiar a unificação são as reivindicações e é a assembleia unitária quem deve decidir sobre a questão dos subsídios, dando a linha geral (inclusive para além da questão dos subsídios) e disciplinando a atuação das entidades na negociação com a Prefeitura.

O corporativismo e o divisionismo são elementos nocivos à mobilização, só favorecem o governo. Entre os trabalhadores na base há um rechaço a esse divisionismo, encarado como um conflito de cúpula, alheio aos interesses dos trabalhadores. Para golpear essa política equivocada da direção burocrática, é necessário que a base se manifeste através das assembleias, debatendo e tomando uma deliberação a esse respeito. Daí a importância de que as assembleias sejam democráticas, o que não tem ocorrido. No dia 8 de março, Fonseca defendeu sozinho as propostas que foram a voto, sem permitir a defesa de propostas antagônicas ou mesmo de adendos para qualificar as propostas, mesmo com a militância inscrita para falar no carro de som e pressionando para ter o direito à intervenção na assembleia, como fez a Corrente Proletária. Depois de ter submetido as questões principais à voto sem defesa contrária, a direção permitiu que fossem feitos pronunciamentos, como o fez a Corrente Proletária, mas somente como “contribuição” ao ato, pois os pontos decisivos já foram considerados vencidos.

Agora se trata de trabalhar para que a greve seja vitoriosa, superando os obstáculos apontados. A Corrente Proletária atuará desde os comandos de greve nas regiões, levantando as reivindicações e os métodos necessários para derrotar o governo. Viva a greve da Educação municipal! Abaixo o divisionismo! Viva a luta dos trabalhadores!

Pronunciamento da Corrente Proletária na Educação/POR na assembleia da Educação municipal, em frente à Câmara Municipal, no dia 8 de março

Companheiros e companheiras, falo em nome da Corrente Proletária na Educação, do Partido Operário Revolucionário. Em primeiro lugar, deixo uma saudação a todas as mulheres lutadoras da nossa rede municipal e às trabalhadoras em geral, que sofrem



a dura opressão sob o capitalismo. Em segundo lugar, foi acertada a nossa decisão de rejeitar a esmola que o governo nos ofereceu. Terceiro lugar: foi acertada também a decisão pela greve. Agora, companheiros e companheiras, nós vamos, com os comandos de greve, organizar a luta, fazer o movimento crescer, para ser vitorioso diante desse governo intransigente, diante do direitista Nunes. Quarto lugar: é muito importante o problema da unidade. Temos que discutir com a categoria e colocar francamente as nossas diferenças. Companheiros e companheiras, nós não podemos virar as costas para 40 mil trabalhadores da Saúde e mais tantos outros do funcionalismo municipal. Se as entidades que representam o Fórum cometem o equívoco – algumas delas – de defender o regime de subsídio, o que nós devemos responder é que a assembleia unificada dos trabalhadores é quem deve dar a última palavra sobre isso, e eu não tenho dúvidas de que a assembleia de trabalhadores, a assembleia unificada dos servidores municipais vai rejeitar acertadamente a política de subsídio, dando a linha para o nosso movimento. Queremos a unificação dos servidores públicos, todos! Não queremos unidade com burocratas, por cima! Queremos a unidade com as enfermeiras que aplicam as vacinas, é com os cozeiros, com os agentes de proteção das endemias, que estão nesse momento nos defendendo contra a dengue, ou seja, com os trabalhadores a partir da base. Por último, é fundamental que a assembleia seja unitária, e para isso devemos fazer um chamado para que todos estejamos em frente à Prefeitura na próxima quarta. Essas são as propostas da Corrente Proletária. Abaixo o divisionismo! Viva a unidade dos trabalhadores em luta!

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária na Educação, fevereiro

O Boletim da Corrente Proletária na Educação denuncia a política de conciliação de classes da direção estadual do SINTE (PT), que demora em marcar a assembleia geral da categoria e age apartada das reivindicações mais elementares da categoria. Um dos principais problemas é que, novamente, a campanha salarial será substituída pelo repasse do Piso, que este ano se limita aos míseros 3,6%. Com isso, a direção sindical acaba trocando o princípio da independência de classe pela colaboração de classe com o governo. O Boletim aponta que uma campanha salarial independente é o meio pelo qual o magistério decide democraticamente e de modo independente o percentual de reajuste salarial para a sobrevivência do trabalhador em educação e de sua família.

Além disso, o Boletim mantém a campanha de denúncia do massacre que o Estado sionista de Israel realiza contra os palestinos, e levanta a bandeira da autodeterminação do povo palestino, e por uma República Socialista na Palestina, onde palestinos e judeus convivam harmonicamente.

O Boletim também trouxe uma nota sobre a paralisação unificada dos trabalhadores terceirizados da UFRN, que permanecem sofrendo com o atraso dos salários pela empresa CRIART e D&L. Tratou-se de uma importante demonstração de força, responsabilizando não só a empresa, mas também a Reitoria da UFRN. Porém, permanece como uma luta isolada. Para romper esse isolamento e ampliar as reivindicações, faz-se necessário que as centrais, sindicatos e movimentos confluem essas lutas em uma luta unificada, que levante uma plataforma de reivindicações própria.

Por fim, o Boletim posiciona-se acerca do Programa “Pé-de-Meia”, do governo federal, como mais uma panaceia para a juventude secundarista. Diz que não resolverá o problema da evasão escolar, que tem raiz na condição de opressão que sofre a juventude oprimida, que padece do desemprego, da miséria, ou da impossibilidade de combinar trabalho e estudo. Levantou a bandeira de emprego a todos os jovens, combinando trabalho e estudo (4h na produção, 4h na escola), e um salário que garanta as necessidades do jovem e sua família.

Rondônia

Confiar em nossas próprias forças para enfrentar o governador direitista



O governador ultradireitista coronel Marcos Rocha/União Brasil, em dezembro de 2023, retirou dos servidores estaduais o auxílio transporte, que correspondia ao valor da tarifa de transporte coletivo e era de acordo com a carga horária de trabalho. Os servidores mais prejudicados foram os trabalhadores em educação de todo estado por serem os mais precarizados. Até o momento, ainda não retornou o pagamento do que era antes.

A burocracia sindical, logo ao tomar conhecimento dessa retirada, tratou de iniciar as malfadadas rodadas de negociações com representantes do governador, que, como sempre, não resultaram em nada.

Como o governador não retrocedeu, a direção do Sintero procurou a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas (SEGEP) e apresentou uma proposta na tentativa de resolver o “problema”. Eis a proposta: 80 passagens para os profissionais de contrato de 40h semanais; 40 passagens para os servidores com carga horária de 20h e 25h semanais, que foi entregue ao governador. Que até o momento não respondeu. Além dessa reivindicação, há a exigência do Piso do Magistério para os técnicos que atuam na educação, que em 2022 e 2023 não foi pago, bem como o auxílio alimentação.

A direção do sindicato ao ser pressionada pelo conjunto dos trabalhadores da educação estadual convocou uma paralisação no dia 5 de março. Cerca de 3 mil profissionais estiveram presentes e decidiram por aguardar o resultado de uma reunião que acontecerá no dia 13. E uma nova assembleia foi marcada no dia 19.

A Corrente Proletária denuncia as negociações infundáveis entre a direção do sindicato e o governo. Mostra que têm servido para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores da educação. Que as mesas de negociação não passam de mesas de enrolação. Defende que é preciso confiar em nossas próprias forças, em nossos próprios métodos de luta, que são as greves, manifestações massivas de rua e ocupações. Insiste na importância da luta unitária, estaduais, municipais e demais trabalhadores. A defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, bem como da luta por um único sistema de ensino, público, gratuito, laico e vinculado à produção social permite unificar a maioria explorada contra os capitalistas e seus governantes.

Rondônia

Assembleia dos trabalhadores da educação do município A tarefa é a da preparação da greve

A assembleia dos municipais que aconteceu, no dia 8 de março, foi mais uma embromação com os trabalhadores de educação. A burocracia deu informes das negociações com a prefeitura. Disse que o prefeito e sua secretária não deram nenhum retorno acerca do acordo que havia sido comprometido anteriormente, previsto para janeiro e que mudou para março. Sequer responderam aos documentos. Diante disso, a direção sindical se rastejou até a Procuradoria do Município, com um grupo de advogado do sindicato, na tentativa de atualizar o piso do magistério do ano de 2023 e 2024.

Mais uma reunião ocorrerá no dia 12/03. Os procuradores já informaram que no dia 19/03 haverá uma reunião com os secretários

municipais, o prefeito Hildon Chaves e a diretoria do sindicato. No final do informe, foi prometido que, se dessa reunião não sair bons resultados, será chamada uma assembleia com paralisação das atividades dos municipais.

Em nossa intervenção e com o Boletim Corrente Proletária, o POR defendeu a greve até que o prefeito atenda as reivindicações. Há um grande descontentamento entre os trabalhadores da educação do município, mas falta-lhes a organização e há muita desconfiança na direção burocrática do sindicato. O Boletim da Corrente Proletária continuará a campanha na base mostrando que não se pode ter ilusão na reunião do dia 12 de março. É preciso tomar a reivindicação em nossas próprias mãos e organizar-se para a greve.

Rondônia

Solidariedade à professora Sandra contra o crime de racismo

A professora Sandra Paixão trabalha no município de Alto Alegre dos Parecis, na Zona da Mata de Rondônia, e reivindica ser transferida para outra unidade escolar devido às humilhações expostas pelo preconceito de cor.

A militância da Corrente Proletária repudia a violência sobre a professora Sandra e diz que é mais uma das milhares de vítimas de racismo, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. A violência e humilhação, advindas do racismo ou de outra ordem, sejam físicas ou verbais, como ocorre com a professora, são manifestações

da opressão de classe. Sob a sociedade de classe, como a que vivemos no capitalismo, as discriminações sobre os negros, mulheres e homossexuais se proliferam dia a dia.

A luta contra toda a forma de opressão é parte do programa da classe operária contra o capitalismo, raiz de toda sorte de discriminação e violência. É na luta pelo fim das discriminações que a maioria oprimida compreenderá o fundamento da opressão, que como dissemos é de classe. E se colocará em defesa de uma sociedade sem exploradores e explorados, uma sociedade socialista.

São Paulo – ABC

2ª Assembleia do SinTUFABC de 2024 realça grau de aparelhamento pelos governistas

Realizada em 20 de fevereiro, com cerca de 30 TAEs, a 2ª Assembleia do SinTUFABC teve como pauta: a paralisação em 22/02, Dia da Terceira Reunião da Mesa Nacional Específica e Temporária sobre a Reestruturação do PCCTAE, quando o governo apresentaria sua contraproposta; a conjuntura nacional; e o apoio financeiro ao Ato do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (8M).

O primeiro ponto foi aberto com mais uma apresentação da Proposta de Reestruturação do PCCTAE da FASUBRA. Após mais de 30 minutos de apresentação, abriu-se para 30 minutos de intervenção dos participantes (10 falas de 3 minutos). Em sua intervenção inicial, a Corrente Proletária ressaltou o momento da campanha salarial, destacando a aplicação da contrarreforma Administrativa pelo governo Lula/Alckmin e o corporativismo em torno à reestruturação de carreiras, que tem beneficiado o alto escalão do funcionalismo. afirmou que as declarações do governo contrárias à PEC 32/2020 são contingências, haja vista que o governo está avançando com diversas medidas próprias da Reforma Administrativa, como o PGD/Teletrabalho, que é nefasto para o serviço público e à educação, e as carreiras transversais. Nessa direção, mostrou que algumas categorias se mobilizaram com métodos pequeno-burgueses, como a greve branca, de operação padrão, mas que as reivindicações do baixo funcionalismo dependem de uma verdadeira greve, levantando a necessidade de erguer a greve unificada da educação federal e do funcionalismo público. Sobre a base nessa avaliação, a Corrente Proletária avaliou que o governo não atenderia as reivindicações dos TAEs na reunião do dia 22/02. Por fim, propôs a construção de uma comissão de mobilização.

Os integrantes da Frente Governista (PSOL/TnL/PT) criticaram a política proletária, argumentando que “a reestruturação antecede a recomposição salarial” e o foco deve ser “corrigir as desigualdades” e a “falta de isonomia” por meio da Reestruturação do PCCTAE, ao mesmo tempo que se colocaram contra a criação da comissão de mobilização, sob a alegação de que não era hora de criá-la, e de que se tratava de um organismo paralelo para ultrapassar a direção majoritária. Tentaram confundir a comissão de mobilização com o comando de greve; fazer crer que se tratava de um oportunismo para “parecer o rei da mobilização”; e o ativista do TnL falou em fazer um calendário pós paralisação. Para posar de democráticos, o dirigente do PSOL chegou a falar que até os textos que são publicados nas redes sociais são deliberados em assembleia.

Em sua intervenção, a Corrente Proletária explicou que se debruçou sobre o princípio de carreira e, em síntese, o caracteriza como desigual, discriminatório e meritocrático, de modo que jamais haverá isonomia no sistema de carreiras. Aproveitou para divulgar o Jornal Massas, em particular propagandeando a edição 707. Ademais, manteve sua proposta de comissão de mobilização, citando o exemplo de outras entidades e argumentando que, se estamos em estado de greve e caminhamos para uma greve, é fundamental criá-la a fim de envolver mais trabalhadores e expandir o trabalho sindical. Apesar da importância geral da comissão, aproveitou para denunciar que a Coordenação Executiva do SinTUFABC não se reúne desde o início de dezembro. Acrescentou, ainda, não ser contra um calendário de mobilização, mas que já aprovamos vários calendários e poucos compareceram às atividades, citando como exemplo o próprio ativista do TnL que, mesmo sendo representante sindical, não foi em nenhuma das duas reuniões do Conselho de Representantes Sindicais (CRS). Diante disso, o dirigente do Travessia (Resistência/PSOL), que constantemente difama a minoria e impede réplicas, abriu uma fala para o ativista do TnL rebater a “desonestidade” do militante porista. A réplica consistiu em afirmar que faltou “só em uma reunião, com justificativa”, mas todos que participaram das reuniões do CRS em 2023 sabem que o representante sindical não compareceu em nenhuma delas. Em votação, 13 votaram contra a criação da comissão de mobilização, 3 a favor e 7 se abstiveram. O Calendário de Mobilização da FASUBRA, aprovado na 1ª Assembleia do SinTUFABC de 2024 incluía a paralisação no dia 22 de março, de maneira que a deliberação sobre isso consistiu em ratificar tal decisão. Infelizmente, a programação da paralisação se resumiu à transmissão de uma live do Travessia/TnL.

Em relação a conjuntura nacional, não houve intervenções. O Coordenador Geral apresentou duas propostas de notas do Travessia, uma sobre a prisão de bolsonaristas e outra sobre a declaração de Lula quanto ao genocídio do povo palestino, que foram aprovadas. Por fim, uma representante da Comissão de Finanças do 8M deu explicações sobre o ato e pediu apoio financeiro, que foi prontamente atendido. No entanto, como pontuado pela Corrente Proletária na assembleia, o apoio financeiro solicitado anteriormente pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua, não foi respondido. O que decorreu do fato de ter sido pautado pela minoria. Como se vê, a assembleia realçou o grau de aparelhamento do sindicato.

3ª Assembleia do SinTUFABC

Com manobras, governistas adiam deflagração da greve e impedem eleição de delegação da minoria à Plenária da FASUBRA

Seguindo o Calendário de Mobilização, o SinTUFABC realizou uma assembleia no dia 29 de fevereiro para avaliar a contraproposta do governo, aprovar a deflagração da greve para 11 de março e retirar os delegados para a Plenária Nacional Extraordinária da FASUBRA. Em função do Estatuto do SinTUFABC estabelecer que em assembleias que têm como pauta a deliberação sobre greve é realizada a contabilização dos votos somente de participantes na modalidade presencial, a assembleia realizada em formato híbrido contou com maioria participando de forma presencial, cerca de 41

pessoas participaram presencialmente, enquanto aproximadamente 30 participaram virtualmente.

Em posição de recuo, a Frente Governista convocou a assembleia com a pauta de “indicativo de greve a partir de março” e defendeu “cautela” em relação à deflagração da greve para 11 de março. Mentindo descaradamente, a fim de levar os TAEs a não votarem pela deflagração da greve, o militante do Travessia (Resistência/PSOL) chegou a inventar que outras entidades aprovaram o início da greve em outras datas, como MG dia 20, BA dia 30 e RJ dia 25! Junto a isso,

os governistas lançaram mão de uma unidade fictícia com o SINA-SEFE e o ANDES-SN para adiar a deflagração da greve.

Os integrantes da oposição, porém, defenderam a deflagração da greve para 11 de março. A Corrente Proletária ressaltou que a greve foi proposta pela Direção da FASUBRA, a qual tem responsabilidade sobre isso, portanto não devemos adiar a deflagração esperando mais informações, que certamente virão na Plenária de 9 de março. Mostrou, ainda, que a tentativa de adiar a deflagração da greve visa enfraquecer a adesão à greve da FASUBRA, justamente porque o Travessia/TnL pretende adiar a greve na Plenária. Não por acaso, o dirigente do PSOL afirmou que é um 1/3 da FASUBRA e defendeu que os delegados do sindicato não tivessem autonomia para votarem como bem entendem. A Corrente Proletária defendeu a supressão desta proposta, argumentando que não há centralização dos votos dos delegados, mas, ainda assim, a ampla maioria votou a favor da manutenção da proposta da Frente Governista. Em relação a deflagração da greve, 8 pessoas votaram pela deflagração imediata da greve para 11 de março, e 33 votaram pela convocação de uma nova assembleia para 11 de março. A publicação da direção majoritária nas redes sociais do sindicato diz que a assembleia aprovou o indicativo de greve por unanimidade. Uma falsificação.

A Corrente Proletária não poderia deixar de iniciar sua intervenção oral lembrando-se do prognóstico que realizou na assembleia anterior. Explicou que a confirmação do prognóstico de que o governo não atenderia as reivindicações não se deveu à bruxaria, mas à análise científica da conjuntura, marcada pelos cortes à educação pública e ataques às massas trabalhadoras do baixo funcionalismo. Colocou que a “resposta” do governo na Terceira Reunião da Mesa Específica evidenciou duas questões, levando a uma mudança no movimento: o limite da política corporativista de negociatas pela Reestruturação do PCCTAE; e a necessidade da greve, ou seja, se a greve não garante a conquista de antemão, sem ela não teremos nada. Nessa direção, defendeu a deflagração da greve do SinTUFABC e da FASUBRA, como um pontapé à greve unificada do funcionalismo, assim como a priorização da luta pelo pagamento integral e imediato das perdas salariais, sem parcelamento. Assim, solicitou à mesa que pusesse a seguinte proposta em votação: “Que a Assembleia do SinTUFABC aprove a greve pela reposição das perdas

salariais e mantenha a discussão sobre a Reestruturação da Carreira”. A defesa da reposição integral e imediata das perdas salariais enfrentou resistência da Frente Governista e de uma parte da base, que ainda não compreendeu o distracionismo em torno da política de reestruturação de carreiras. Esse ponto, assim como outros, não foi colocado em votação.

No ponto de eleição de delegados, recorrendo ao Estatuto da FASUBRA, a Frente Governista finalmente impôs a eleição separada do delegado da direção e dos delegados da base e, descumprindo o Estatuto do SinTUFABC, contabilizou os votos tanto de quem estava no presencial quanto de quem estava no remoto, sob o subterfúgio de que era outra pauta e que a greve não foi deflagrada. Inscreveram-se duas chapas, sendo Chapa 1 – Corrente Proletária/POR e Emancipação Socialista e Chapa 2 - Travessia/TnL e independente. Como de praxe, a defesa da Frente Governista consistiu em difamar a minoria e afirmar que somente eles fazem trabalho de base cotidiano e que a minoria vai à Plenária só para votar a favor de “Fora Lula”. Já a defesa da minoria expôs o caráter autoritário da direção majoritária, que boicotou a delegação da minoria eleita à Plenária de dezembro, indicando a leitura dos Boletins CPE-UFABC N.º 17 e 23 para maiores detalhes, e que se transformou numa direção fantasma, pois não convoca as instâncias sindicais, impossibilitando o trabalho coletivo da direção. Explicou que é justamente por isso que os governistas tentam fazer crer que eles passam e a minoria não passa nos setores, eles mesmo não sabem, mas que muitos ali sabem que passamos. Ocorre que tais passagens se dão aleatoriamente, sem qualquer centralização pelas instâncias sindicais. Em votação, a Chapa 2 recebeu a maioria dos votos tanto na escolha do delegado pela direção quanto na eleição dos delegados pela base. Ressalta-se, que os oito votos recebidos pela minoria na eleição dos delegados da base se deram de forma presencial e que o dirigente governista chegou a questionar o voto eletrônico de uma integrante da Frente Governista, que por um descuido acabou votando na chapa da minoria. As fraquezas da vanguarda classista, que não tem exigido o funcionamento regular das instâncias sindicais, junto às manobras da Frente Governista, resultaram na eleição dos três delegados vinculados a Frente Governista, dificultando a intervenção da minoria.

Congresso do Andes-SN aprova construção da greve das federais para o primeiro semestre de 2024 e ações contra o genocídio do povo palestino

De 26 de fevereiro a 01 de março, ocorreu o 42º Congresso do Andes – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, com 632 participantes, dos quais 447 eram delegados. Na abertura, levamos a proposta de realizar um ato nas ruas de Fortaleza contra o genocídio do povo palestino, a proposta foi aceita, porém dentro da universidade. Mesmo com essa limitação, a realização do ato fortaleceu a necessidade de o movimento docente se engajar, na prática, das ações contra o genocídio. O ponto alto do congresso foi o debate sobre o plano de luta das federais. A discussão ocorreu logo após a sétima reunião da mesa de enrolação do governo. Diante da contraproposta rebaixada do Fórum Nacional dos Servidores Públicos federais (Fonasefe) de reajustes parcelados de 34,32% ou 22,71% (conforme acordos anteriores), o governo federal reafirmou o reajuste zero para 2024 e 9% dividido em 2025 e 2026. O presidente do sindicato fez uma fala inflamada, dizendo que o governo nos faz de palhaços. O plenário respondeu com os gritos de “Greve! Greve! Greve! Greve! A proposta da diretoria, porém, era indefinida, de greve no “horizonte”, atrelada ao funcionalismo. A oposição fez falas defendendo a greve no primeiro semestre de 2024, considerando que sabemos que deixar para frente vai inviabilizar, ainda mais pelo ca-

lendário das eleições municipais. Além disso, a Fasubra já marcou o início da greve para 11 de março. A cada intervenção, grande parte do plenário gritava “Greve já! Greve já! Greve já!”. A diretoria e os setores do PT defenderam a proposta indefinida, mas o plenário aprovou a construção da greve do Andes, buscando a unidade com as demais entidades da educação e o funcionalismo, para o primeiro semestre. Nossas intervenções ressaltaram a necessidade de constituir os comitês de mobilização e não canalizar as lutas para o terreno institucional. O Congresso também deu grande destaque para a greve dos professores das estaduais do Piauí contra o governador petista Rafael Fonteles, que cortou salário dos grevistas.

A Corrente Proletária na Educação atuou defendendo as propostas conjuntas da Frente Única Andes-SN Classista. Lamentavelmente, os companheiros da ART não puderam estar presentes no Congresso. Impulsionamos também a reunião com outros agrupamentos de oposição à esquerda da diretoria o coletivo Rosa Luxemburgo (setores do PSOL e independentes), CAEL/PSTU, Graúna e Militância Classista. A diretoria hoje está nas mãos do PSOL (Resistência/Insurgência/LSR) e PCB e a maior oposição é o Renova Andes/PT. O Congresso é extremamente longo, mas não consegue dar

conta de discutir todas as propostas. A diretoria propôs medidas que, em nome de dar mais agilidade, tornavam o processo mais antidemocrático. Tentaram impedir o envio de textos com menos de 10 assinaturas. Nos opusemos, indicando que a medida administrativa não responde ao problema político em que a falta de objetividade e academicismo se deve à despolitização e falta de direcionamento de se criar um verdadeiro plano de lutas. Aprovou-se de tornar a orientação de mínimo 5 assinaturas uma determinação. Atuamos com um boletim, banca e intervenções. Publicamos aqui um resumo do material e após a reunião coletiva de balanço, faremos uma análise mais completa.

Erguer a luta anti-imperialista

As guerras na Ucrânia e na Palestina expressam o esgotamento da partilha do mundo. A resposta de Putin, com suas tropas e anexações, além de violar a autodeterminação do povo ucraniano, é incapaz de frear o cerco da OTAN. Cresce o armamentismo, enquanto os custos das guerras recaem sobre os explorados. O movimento docente precisa se colocar sob uma linha internacionalista e proletária, defendendo uma paz sem anexações e sem a imposição do imperialismo, o que depende fundamentalmente da unidade do proletariado europeu. Segue vigente o programa leninista de transformar as guerras de dominação em guerras de libertação, o único caminho para uma verdadeira paz. Temos a necessidade de erguer uma frente única anti-imperialista também em nosso país, que se organize em torno da luta contra as privatizações, em defesa dos empregos, salários e direitos. É preciso buscar incansavelmente a unidade com os trabalhadores das empresas estatais já privatizadas, em defesa da reestatização; das empresas públicas ameaçadas de privatização; com o funcionalismo público de todos os níveis, com seus salários arrojados e direitos atacados permanentemente; assim como com os trabalhadores do setor privado pela revogação das contrarreformas. Pelo não pagamento da dívida pública.

Que nenhum trabalhador, inclusive os docentes, ganhe menos que um salário-mínimo vital

É um princípio classista, histórico do movimento operário, que nenhum trabalhador receba menos do que um salário suficiente para sustentar uma família trabalhadora. A referência ao salário-mínimo aparece nas teses da diretoria do Andes apenas para discutir a carreira. Note-se que não aparece para sustentar a reivindicação da luta unitária com todos os trabalhadores do país pelo salário-mínimo vital. Nem mesmo do salário-mínimo necessário do DIEESE.

A urgente unificação e centralização das lutas da classe operária e demais oprimidos

Completamos um ano da desfiliação do Andes-SN à CSP-Conlutas. Nos opusemos à saída do Andes-SN da CSP-Conlutas, compreendendo que era uma ação movida por interesses aparelhistas, que não faz avançar um passo sequer a luta pela unificação dos trabalhadores em uma central sindical. Não entraremos nas disputas interburocráticas sobre a refiliação do Andes-SN à CUT ou à CSP-Conlutas. Defendemos que o movimento docente contribua com a defesa da unificação dos trabalhadores em uma única central. Essa defesa deve ser voltada às bases dos movimentos, uma vez que as cúpulas da burocracia sindical se beneficiam da fragmentação. Em vez de se opor a esse processo, as correntes que dirigem o Andes-SN querem criar seu próprio feudo. A debilidade dessas correntes que têm sofrido cisões internas, sobretudo pelas crises abertas pela linha governista que têm adotado, atestam a incapacidade de liderarem

uma “reorganização da classe trabalhadora”. Por isso, propomos que o movimento docente atue em favor da reversão da fragmentação e defenda o princípio da unificação dos trabalhadores em uma única central sindical, classista e democrática. Essa unificação deve dar seus primeiros passos na articulação de um verdadeiro dia nacional de lutas, com a criação de comitês, com o uso dos métodos da ação direta.

Eleitoralismo e governismo são os maiores obstáculos à luta pela revogação do Novo Ensino Médio e contra os cortes na educação

Para derrubar o NEM e os cortes orçamentários é urgente constituir os comitês de lutas que envolvam toda a comunidade nas escolas, universidades e institutos federais. A luta contra a destruição e mercantilização da Educação Básica é parte do combate à privatização do ensino em todos os níveis. Defendemos a estatização, sem indenização da rede privada de ensino e constituição de um sistema único, público, gratuito e sob o controle dos que estudam e trabalham. Os rumos da educação devem ser definidos pela comunidade universitária, por meio de um governo tripartite de estudantes, técnico-administrativos e professores, com base nas assembleias universitárias, com voto universal. A defesa da vinculação da escola com a produção social implica na defesa de que todo jovem possa estudar e trabalhar, com jornada compatível com os estudos e remuneração de acordo com suas necessidades. A destruição de forças produtivas se encarna na destruição física e mental dos jovens. A unidade das comunidades escolares e universitárias é urgente, mas não para ser canalizada para o estreito terreno parlamentar de aprovação do PNE.

Organizar a greve unificada do funcionalismo federal contra a política de arrocho salarial e restrição do direito de greve do governo burguês de Lula/Alckmin!

Defendemos a necessidade de responder às mesas de enrolação do governo por meio da construção da greve unificada do funcionalismo federal pela recomposição integral e imediata das perdas salariais. O governismo é a principal causa da paralisia do movimento sindical. Essa linha colaboracionista tem se camuflado sob o discurso “antifascista”. Defendemos que nosso sindicato nacional contribua com a construção de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin, o que significa não abrir mão das reivindicações da categoria e dos demais trabalhadores e vincular essas reivindicações com a estratégia da revolução socialista.

IEES-IMES: Combater a precarização e o arrocho salarial em unidade com o funcionalismo

Nas universidades estaduais e municipais, o ano 2023 foi marcado por lutas de docentes e estudantes. Greves no Maranhão, no Paraná e em São Paulo ocorreram em defesa da reposição salarial e, no caso da USP, apoiando a greve estudantil demandando contratação de professores. Enfrenta-se um arrocho salarial absurdo, os ataques aos regimes próprios de previdência e ofensivas antiautonomistas.

Ao invés de se procurar a maior unidade com os outros setores do funcionalismo e os estudantes, organizando grandes lutas coletivas para arrancar a reposição das perdas que afetam a todos e avançar na politização das massas, o movimento docente ficou preso

ao corporativismo. Assistimos a um retrocesso de algumas seções sindicais substituírem a luta pela reposição salarial para todos por alterações pontuais nos planos de cargos e salários.

É preciso mudar urgentemente as regras de eleição da diretoria do Andes-SN

Há uma distorção entre a composição da diretoria do Andes-SN

e o desejo de sua base com a majoritariedade. Nas últimas eleições, a maioria da base votou contra a atual diretoria. Outra distorção é a composição da diretoria do Andes, com 83 membros, dos quais 72 são das Secretarias Regionais. Como são eleitas nacionalmente, não raro a secretaria regional é ocupada por dirigentes com pouca ou nenhuma representatividade naquela base, enfraquecendo sobremaneira sua intervenção real. Propomos que se garanta um amplo debate nas bases do Sindicato Nacional sobre majoritariedade e proporcionalidade e como se devem eleger as secretarias regionais para ser deliberado no próximo Congresso.

Nesta edição:

Palestina

- Resposta do POR à campanha sionista contra o pronunciamento de Lula
- Interação do POR nos atos da Palestina

Argentina

- É preciso centralizar todas as lutas com uma nova greve geral ativa e um plano de luta até derrotar a política do Milei

Bolívia

- Enfrentamentos por ambição de poder leva o MAS a sua divisão e agonia insalvável

Haiti

- Nação oprimida reage contra ameaça de intervenção imperialista

Ucrânia

- Fora a OTAN, fora as bases militares norte-americanas da Europa, acabar com o armamentismo!; - A vigência das formulações de Trotsky

Trotsky - 32 anos da dissolução da URSS

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Sob intensa pressão internacional e nacional dos sionistas acusando a declaração de Lula como se fosse antissemita, o presidente acabou cedendo com a afirmação de que não havia pronunciado a palavra Holocausto. O remendo municiou os inimigos da resistência Palestina dizendo que estava subentendido, uma vez que a ação de Hitler havia levado a 6 milhões de judeus mortos.

O fundamental da denúncia de Lula foi sendo deformado, falsificado e obscurecido. Trata-se do genocídio que o Estado sionista vem promovendo na Faixa de Gaza, com o apoio dos Estados Unidos e de seus aliados. Hitler provocou um genocídio valendo-se da máscara ideológica do antissemitismo, e Netanyahu leva a cabo o genocídio do povo palestino sob a máscara do direito de defesa diante do "terrorismo" do Hamas. Esse paralelo histórico tem sentido, embora se deva evidenciar as diferenças históricas. Lula faz uma retratação indireta e vergonhosa.

Os trabalhadores devem afirmar que está em franco avanço um genocídio na Faixa de Gaza, e que o governo Lula deveria romper todas as relações com o Estado sionista, levantando a bandeira de fim imediato da carnificina e do intervencionismo anexionista. A dubiedade diante de um genocídio serve, em última instância, aos opressores, que violam os direitos mais elementares da autodeterminação das nações oprimidas.

Abaixo publicamos a Carta dirigida à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida.

Resposta do Partido Operário Revolucionário (POR) à campanha sionista contra pronunciamento de Lula

À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

22 de fevereiro de 2024

O governo de Israel reagiu à declaração do presidente Lula que denunciou a carnificina na Faixa de Gaza nos termos de comparação com a matança de judeus pelo regime nazista de Hitler. Praticamente, o governo de Binyamin Netanyahu se colocou por uma ruptura diplomática com o Brasil.

O Holocausto ficou marcado como genocídio do povo judeu. O nazifascismo foi o ponto mais alto do racismo e a consequente fórmula de eliminação de raças consideradas inferiores. A perseguição racial não se limitou aos judeus, mas foram os que pagaram com seis milhões de mortos.

O antissemitismo é anterior à Segunda Guerra, mas será com o nazismo que chegará às últimas consequências na forma de genocídio. A perseguição a povos, a opressão nacional e a matança são próprias da sociedade de classes. O Holocausto é identificado com os campos de concentração e as câmaras de gases montadas pelo governo nazista para assassinar em massa os prisioneiros judeus. Por ocorrer na Segunda Guerra Mundial e fazer parte de objetivos militares seletivos contra os judeus, o Holocausto se tornou um acontecimento trágico condenado precisamente no sentido histórico do genocídio. A sua condenação concreta – não apenas formal

– resulta em luta contra qualquer ação e movimento que implique genocídio.

É imperativo reconhecer que não apenas os judeus passaram por essa tragédia. Condenar o Holocausto sofrido pelos judeus sem condenar e lutar contra todos os acontecimentos que envolvem genocídio resulta em cinismo, próprio da imoralidade burguesa. Não é preciso conhecer bem o percurso do antisemitismo e a política nazista de eliminação do povo judeu, para se saber as particularidades do Holocausto.

A comparação de Lula comparece na seguinte resposta a uma entrevista em Adis Abeba, capital da Etiópia: “O que está acontecendo em Gaza não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás existiu. Quando Hitler resolveu matar os judeus.” Está bem clara a forma prosaica de uma resposta de improviso. Bastou, no entanto, para que se erguesse uma onda sionista denunciando Lula de que estaria “banalizando o Holocausto e tentando ferir o povo judeu e o direito israelense de se defender.” Essas são palavras de Netanyahu. O seu ministro das Relações Exteriores, Israel Katz, declarou Lula “persona non grata” e soltou as farpas: “A comparação do presidente Lula entre a justa guerra de Israel contra o Hamas e as ações de Hitler e dos nazistas que mataram 6 milhões de judeus é um sério ataque antisemita que desrespeita a memória daqueles que morreram no Holocausto.”

Seguindo o governo israelense, a Confederação Israelita do Brasil (Conib) e o Instituto Brasil-Israel “repudiaram as comparações de Lula”. Os editoriais da grande imprensa brasileira orquestraram essa linha que partiu do Estado de Israel. Eis o editorial do jornal O Estado de São Paulo: “Ao dizer que a guerra de Israel contra os terroristas do Hamas se assemelha ao Holocausto vandalizou a História, a memória das vítimas da indústria da morte nazista e os interesses do Brasil.” Na Câmara Federal, o PL, partido de Bolsonaro, e aliados coletaram assinaturas para abrir um processo de impeachment de Lula. No Senado, seu presidente, Rodrigo Pacheco, fez um pronunciamento exigindo uma “retratação de Lula”. O líder do governo no Senado, o petista histórico Jaques Wagner, na qualidade de judeu, apesar de considerar exagerados os ataques contra Lula, não deixou de dizer que o presidente “passou do ponto”. A manifestação convocada por Bolsonaro antes da entrevista de Lula, para o dia 25, na Av. Paulista, está sendo recheada da sórdida campanha do Estado sionista e da grande imprensa alinhada com os Estados Unidos.

As pressões para que Lula se desculpassem diante do governo de Netanyahu e dos judeus foram e estão sendo gigantescas. A crise política que pendia contra Bolsonaro e seus aliados golpistas voltou-se, como em um passe de mágica, contra Lula. A ultradireita assentada nas igrejas evangélicas viu a oportunidade de potenciar sua reação que será testada no dia 25.

A situação internacional incide diretamente na crise política interna ao Brasil. Os Estados Unidos e seus aliados procuram apertar o cerco ao governo de frente ampla de Lula, para que se alinhe à ofensiva do imperialismo envolvido na guerra da Ucrânia e no massacre dos palestinos na Faixa de Gaza. Esse é o fundo da reação sionista que não é de agora, mas que ganhou altitude diante da declaração de Lula na Etiópia.

Lula foi pressionado, logo no início do conflito, a classificar o Hamas de organização terrorista, para contrabalançar seu desacordo com a intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza. Diante de sua crítica às potências e à Israel, de que não há empenho em um cessar-fogo e de que o Brasil não compartilhava da decisão dos Estados Unidos e aliados de interromper as contribuições à Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA), sob a justificativa de que alguns de seus membros estariam apoiando o Hamas, feita na cúpula da União Africana, o imperialismo aproveitou a comparação de Lula para desencadear um movimento de desmoralização de suas críticas, ao ponto do governo israelita montar uma farsa no

memorial do Holocausto para desmoralizar a diplomacia brasileira.

Essa ofensiva dos sionistas contra as posições brasileiras de não alinhamento ao Estado de Israel e aos Estados Unidos ocorre justamente quando Netanyahu ordenou suas Forças Armadas a apertarem o cerco de ferro e fogo em Rafah. Explicitou seu objetivo de anexar a Faixa de Gaza, custe o que custar de vidas civis, que já atingiu trinta mil mortos.

A condenação da política de guerra do governo israelita pela maioria dos países e pelas populações mundiais atingiu o ponto máximo. Mas, somente uma grande rebelião das massas no Oriente Médio e em todos os continentes poderá pôr fim à carnificina e derrotar as forças destruidoras da Faixa de Gaza. Agora mesmo, os Estados Unidos acabam de vetar no Conselho de Segurança da ONU um plano de cessar-fogo, sob a alegação que logo apresentarão um plano mais factível.

É nesse contexto que Lula acusou as potências de não fazerem nada para barrar a carnificina dos palestinos indefesos. Como presidente de um governo burguês e sujeito às forças internas da crise, Lula não faz senão criticar e propor uma solução que saia das entranhas da ONU, que é controlada pelas potências e, à frente delas, pelos Estados Unidos. Lula age como um Don Quixote, cutucando os moinhos de vento com as palavras. Ocorre que suas palavras refletem os choques de posições que vêm se desenvolvendo entre os Estados Unidos e seus aliados com a China e a Rússia.

Não há como ocultar que a destruição da Faixa de Gaza e a carnificina de sua população são produtos históricos da imposição à força do Estado sionista na Palestina. A comparação de Lula tem apenas um sentido: o que Israel está praticando é genocídio. E os Estados Unidos são os maiores responsáveis. Essa última consideração não podemos afirmar que esteja nos cálculos de Lula. Mas, quanto à denúncia de genocídio, se comprova com o apoio do governo brasileiro à moção da África do Sul. É claro que nem Netanyahu nem Biden podem admitir o significado histórico do genocídio.

O movimento sionista para erguer um Estado na Palestina teve de expulsar passo a passo pela força das armas os palestinos e impedir-lhes de constituírem-se como Estado. Economicamente, Israel necessita expandir-se territorialmente, e o faz como colonialista. A Cisjordânia, que se acha sob o controle de Israel e da coligação de potências, vem sendo ocupada pelo sistema de colonato. Parte do território da Síria – as Colinas de Golan – foi anexada como resultado de uma guerra vitoriosa por parte de Israel. O Líbano teve de enfrentar uma guerra mortífera para não ter parte de seu território anexada. A anexação sempre é uma política de dominação.

Não por acaso, os Estados Unidos imediatamente postaram seus porta-aviões no Mediterrâneo e no Mar Vermelho. Seu poderio é imprescindível para Israel manter suas conquistas territoriais e garantir a subserviência dos países árabes regidos pela feudal-burguesia. O Oriente Médio continua sob a égide dos Estados Unidos, principalmente, pela existência de um enclave na região, que é o Estado sionista.

É uma falsificação grosseira quando se diz que a comparação de Lula degrada o Holocausto e fere o sentimento dos judeus. Ao contrário, está mostrando aos judeus que o Estado israelita está arruinando o significado histórico do Holocausto praticando o genocídio. Lutar contra o massacre do povo palestino, é elevar o valor do exemplo do Holocausto que não se deve reproduzir, como no caso concreto da carnificina na Faixa de Gaza de um povo sem a mínima capacidade militar para resistir a tamanha barbárie. Um judeu consciente irá dizer: o Estado sionista se mostrou e se mostra uma arma de opressão de um povo, que, guardadas as diferenças, o povo judeu padeceria antes do nazismo se estabelecer na Alemanha e sofreu às últimas consequências com o Holocausto hitlerista. Não há nada de antisemitismo condenar a destruição da Faixa de Gaza e matança de trinta mil palestinos, sendo a maioria de crianças

e mulheres. Não há nada contra os judeus como etnia e como um povo denunciar que a política de guerra de Netanyahu, dos Estados Unidos e aliados imperialistas se assemelha à brutal perseguição que os judeus sofreram na história.

Os sionistas têm de cobrirem-se com o manto do odiado antisemitismo para justificar a criação do Estado de Israel, como se fosse produto da perseguição e do Holocausto sofridos, e não da partilha do mundo realizada como resultado da Segunda Guerra Mundial. Lula não pode ser conseqüente com sua correta avaliação de que o que ocorre na Faixa de Gaza é um genocídio. Como chefe de um Estado burguês, tem de submeter-se às forças em conflito, procurando conciliá-las por meio da ONU. Vem fracassando diuturnamente. O que tem feito é procurar um alinhamento em torno a países e governos que advogam um cessar-fogo antes que a mortandade cresça ainda mais. Lula curvou-se ao caracterizar o Hamas de organização terrorista, ponto de partida defendido por Israel e os Estados Unidos para se justificar a licença ao Estado sionista de bombardear, ocupar militarmente o território de Gaza, arrancar parte da população de suas casas, empurrá-la do Norte para o Sul, destruir hospitais, escolas, acampamentos, e chegando agora ao ponto de cercar Rafah, considerada como último reduto a ser destruído para caçar o Hamas.

Que nome se dá a esse método de dominação e opressão senão de genocídio? O governo Lula não tomou nenhuma ação concreta, como a de romper as relações econômico-comerciais com o Estado de Israel. E não poderá tomar porque depende das forças políticas da burguesia brasileira que é serviço dos Estados Unidos e que apoiou a criação do Estado sionista. A intervenção dos Estados Unidos, por meio do chefe da diplomacia, Antony Blinken, na reunião do G20, que se realiza no Brasil, está voltada a pressionar o Brasil a

se manter sob a tutela do imperialismo no marco de avanço da crise mundial, expressa nos dois anos da guerra na Ucrânia e nos quatro meses de bombardeio sobre a Faixa de Gaza.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que trabalha por constituir uma oposição revolucionária ao governo Lula, se viu no dever de contrapor-se à ofensiva dos sionistas contra uma declaração de Lula que, em sua essência, condiz com a realidade da carnificina que o Estado de Israel realiza na Faixa de Gaza. De forma alguma, a repulsa da campanha sionista representa um apoio à política geral do governo burguês de Lula. Ao contrário, se coloca no campo da independência política e organizativa dos explorados, sem a qual não é possível combater conseqüentemente o genocídio.

O POR chama a classe operária e os demais trabalhadores a combaterem as falsificações dos sionistas! Chama os sindicatos e organizações populares a organizar atos massivos em todo o país pelo fim do genocídio. Chama as correntes político-partidárias que estão pela defesa do povo palestino a pôr em pé uma frente única anti-imperialista, para enfrentar e derrotar a política de guerra do imperialismo. Chama os sindicatos e correntes políticas a massificarem os comitês de frente única anti-imperialista, levantando as bandeiras: pelo fim do genocídio do povo palestino e pela retirada imediata das Forças Armadas de Israel da Faixa de Gaza. Nenhuma vida a mais dos palestinos que vem sendo arrancada pelas mãos do Estado sionista de Israel! Chama os sindicatos e correntes políticas a confiarem somente na organização e nos métodos próprios de luta da classe operária e dos demais explorados!

Abaixo a política genocida da burguesia sionista e de Netanyahu! Pelo desmantelamento das bases militares dos Estados Unidos! Fora os Estados Unidos e aliados imperialistas do Oriente Médio!

Intervenção do POR - Palestina

Recife - Ato em defesa da Palestina

No dia 26 de fevereiro, o Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino de Pernambuco realizou mais um ato com o chamado "Parem o genocídio em Gaza! Cessar fogo já!". Além dos partidos de esquerda e parlamentares do PT, também houve a participação da UNE, sindicato dos professores municipais de Recife (Simpere) e das centrais sindicais CSP-Conlutas e CUT. O ato marchou até o Consulado Americano, apontando a responsabilização do imperialismo norte americano, que financia a guerra de Israel.

O ato ocorreu dias depois do pronunciamento de Lula, que comparou a ação do Estado de Israel na Palestina ao holocausto promovido por Hitler contra o povo judeu. Este pronunciamento de Lula foi duramente atacado pelo imperialismo e sua imprensa. Para a defesa de Lula, desta vez houve uma maior representatividade dos movimentos e parlamentares, inclusive o presidente da CUT. Apesar das falas reafirmarem a condenação de Israel, faltou às direções dos sindicatos e centrais apontarem a necessidade de uma resposta ativa dos trabalhadores. Isso vai de encontro ao posicionamento demagógico de Lula.

O POR atuou com distribuição do manifesto "Resposta do Partido Operário Revolucionário (POR) à campanha sionista contra o pronunciamento de Lula", vendagem do jornal Massas e fala. Defendeu a importância de uma resposta da classe operária à guerra, vinculando a violência imperialista de Israel contra o povo palestino às contrarreformas que destroem direitos aqui no Brasil. O imperialismo que ataca as falas de Lula também dita as diretrizes ao governo de continuidade aos ataques de direitos, fechamento de fábrica, avanço da privatização e miséria. As direções dos sindicatos e centrais devem convocar a classe operária e demais explorados a constituírem a Frente Única anti-imperialista. As massas só podem ter uma solidariedade ativa ao povo palestino organizando a luta contra o inimigo em comum. Por isso, é urgente que os sindicatos e centrais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta com paralisações, piquetes e atos massivos de rua. Que as massas sejam amplamente convocadas a se mobilizarem pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdência, Novo Ensino Médio. É preciso sedimentar o caminho para construção da greve geral.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

LANÇAMENTO!

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

São Paulo - Ato do dia 24 de Fevereiro

Divisão burocrática e artificial na manifestação enfraquece a luta dos palestinos

No dia 24 de fevereiro o POR, junto a outras organizações, atendeu ao chamado global pelo cessar-fogo na Palestina. Em São Paulo a manifestação aconteceu em frente a MASP e esteve marcada por uma disputa burocrática de aparatos entre o PCO e as correntes organizadoras da Frente Palestina São Paulo. Novamente a artificialidade dessa disputa enfraqueceu o movimento no principal estado brasileiro, economicamente falando, que caso contrário, poderia ser o impulsionador de comitês de luta e manifestações em todo o Brasil. A composição era predominante de correntes de esquerda, o que expôs as ilusões dos reformistas e centristas de que as falas de Lula em relação ao genocídio arrastariam as massas para as ruas. Esse erro denuncia o abandono desses partidos e correntes que não mais trabalham para organizar os trabalhadores a partir de seus locais de trabalho, paralisando a produção e encorpendo as manifestações. Diferente disso, a maioria dos partidos orienta sua política a partir das disputas interburguesas, das expressões desse ou daquele governo, como também já tinha acontecido nas ilusões da esquerda em relação à denúncia da África do Sul no tribunal de Haia. O POR participou dessa manifestação com intervenção no ato, entrevista para o Canal Mesa de Debates [transcrição abaixo], banca de materiais e manifestos. Foi importante comparecer nessa manifestação com o recém publicado livro da Palestina, onde o partido expõe sua linha de atuação nesse problema.

Entrevista do POR ao Canal Mesa de Debate

Ulisses: eu estou aqui com o Neto do POR. Eu queria saber se vocês acham que a fala do Lula, que gerou toda essa polêmica essa semana, comparando o massacre do Estado de Israel contra os palestinos com o extermínio de judeus na época de Hitler, pelos nazistas, foi correta ou não. E para além dessa fala, vocês acham que para o atual momento desse genocídio o governo brasileiro está tomando as medidas corretas para conter o genocídio?

Neto. Nós do POR, desde que a África do Sul entrou com a medida no Tribunal Internacional de Justiça para condenar o Estado de Israel por estar levando adiante um genocídio contra o povo palestino, nós defendemos que posição da África do Sul e o apoio do governo Lula foram manifestações corretas em caracterizar que se trata de um genocídio. Porém, denunciemos que não basta uma declaração de algo que é visível. Há mais de 75 anos que o Estado sionista de Israel leva adiante o genocídio, a opressão, a colonização de toda a palestina, com o objetivo de eliminar o povo palestino. Porque o Estado de Israel foi constituído como enclave do imperialismo, em particular dos Estados Unidos, que necessita impor sua hegemonia sobre os povos do Oriente Médio, o que significou e significa a brutal opressão sobre o povo palestino. Portanto, nós sempre levantamos a importância de separar, não confundir o antissionismo com antisemitismo. O sionismo é uma das variantes da política do imperialismo, camuflada de nacionalismo. Nada tem a ver com antisemitismo, que, por sua vez, corresponde a uma das variantes da política burguesa de opressão nacional. A defesa do povo palestino passa por fazer essa separação. A luta antissionista visa a colocar fim ao Estado sionista de Israel e constituir uma República Socialista, que unifique palestinos e judeus.

Outro ponto fundamental: não é possível a defesa de dois Estados, como está comprovado desde a fundação do Estado sionista pela ONU, porque a sobrevivência do Estado sionista depende de



sua política expansionista, colonialista. Daí o avanço sobre o território palestino. Hoje a Cisjordânia está ocupada. Os colonos sionistas já invadiram grande parte da Cisjordânia e agora, o governo de Netanyahu, juntamente com a ultradireita, que está no poder, aprovaram no parlamento, no dia 20 de fevereiro, que não irão aceitar a constituição de um Estado palestino. O ministro de Defesa de Israel já declarou que estão combatendo animais. A ministra da "igualdade racial" declarou que está orgulhosa de ver todas as ruínas de Gaza. Portanto, é uma ilusão a defesa da constituição de dois Estados.

A saída para o proletariado palestino, como nós colocamos aqui em nosso livro sobre a Palestina, que estamos lançando agora, que tem como título, "Guerra na faixa de Gaza, genocídio do povo palestino, posição e resposta do internacionalismo proletário. Somente a classe operária e demais trabalhadores organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os EUA e aliados", está nas mãos do proletariado. Ou seja, só o proletariado pode colocar fim ao genocídio, à colonização e à opressão do Estado sionista. Somente o proletariado palestino em unidade com o proletariado Árabe, por meio de uma revolução proletária, poderão colocar fim ao Estado sionista e constituir uma República Socialista da Palestina, como caminho aos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Não podemos ter nenhuma ilusão nos governos burgueses como o de Lula, que declara o que é óbvio sobre o genocídio. E que, nesse ato, vem a burocracia da CUT, os deputados e vereadores fazerem pura demagogia, quando deveriam estar organizando os explorados contra o genocídio dos palestinos. Basta ver a direção da Apeoesp, que se recusa a enfrentar o bolsonarista Tarcísio e defender os empregos de milhares de professores demitidos. Os dirigentes metalúrgicos do ABC, ligados à CUT e ao PT, fazendo acordos de demissões.

Reafirmamos, a defesa do povo palestino aqui no Brasil significa organizar a luta por empregos, contra as demissões e contra o fechamento de fábricas, porque é desta forma que vamos colocar a defesa do povo palestino, a partir de uma realidade, do concreto. Chega de hipocrisia! Esse ato de hoje é a demonstração que as direções sindicais e partidos que se reivindicam da luta dos palestinos não organizam suas bases.

O POR intervém no ato levantando as bandeiras de fim do genocídio do povo palestino. Defesa da frente única anti-imperialista, unindo judeus e palestinos para expulsar e derrotar as potências imperialistas do Oriente Médio. Trabalha para pôr em pé os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. E chama as centrais, sindicatos e movimentos a organizarem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e fim das guerras de dominação.

Argentina

É preciso centralizar todas as lutas com uma nova greve geral ativa e um plano de luta até derrotar a política do Milei



La movilización popular y el paro impusieron dos duros retrocesos a Milei

Unificar los reclamos de todo el país en un plan de lucha hacia la HUELGA GENERAL

REVOLUCIÓN Y DICTADURA PROLETARIAS

UOCRA (União Operária da Construção da República Argentina) declarou-se em “estado de alerta e assembleia permanente em obras”, diante do anúncio de milhares de demissões. As assembleias de bairro cresceram e se expandiram, funcionando regularmente, participando de mobilizações gerais. A mobilização pelo Dia da Mulher Trabalhadora e o 24 de março serão massivos.

É preciso centralizar todas as lutas por meio de uma nova greve geral ativa. A CGT e as CTA’s têm de definir uma data. Precisamos derrotar a política de Milei, que agrava a cada dia as condições de catástrofe social que estamos vivendo. As centrais sindicais representam todos os trabalhadores, mesmo os que não estejam registrados, desempregados ou não filiados. E devem encabeçar a rebelião dos oprimidos. Não há setor que não esteja sendo violentamente atacado. Não há outra maneira de derrotar esse ajuste que não seja a ação direta de massas, ampliando e aprofundando as lutas existentes.

O governo fraco, apoiado pelo capital financeiro, pelas grandes corporações, deu verdadeiras pauladas. O ataque não esperou nenhuma lei, nem decisão judicial. A histórica desvalorização de 118% logo que tomou posse, somada à liberalização de todos os preços e à eliminação dos subsídios, transformou-se num aumento generalizado do insuportável custo de vida, muito superior ao que vivemos com governos anteriores. Em 31 de janeiro, a inflação anual chegou a 256%! O único preço que não foi liberado é o da força de trabalho. O governo quer impor um limite à negociação coletiva para aprofundar a queda dos salários reais.

A decisão de desativar drasticamente as obras públicas já deixou mais de 100 mil trabalhadores da construção civil na rua e dezenas de milhares ligados a essa função. A política do governo é propositalmente recessiva. As montadoras suspenderam as atividades. A siderúrgica Acindar suspendeu por um mês devido a uma brusca queda na demanda. A queda no consumo é geral. Na verdade, esse governo deixou os trabalhadores sem dinheiro para consumir até mesmo o mais essencial, alimentos e remédios.

A resposta do movimento popular pode parecer insuficiente diante da extraordinária magnitude do ataque, mas é preciso ter

Nas últimas semanas, confirmou-se a vontade de luta dos oprimidos, de obstaculizar e derrotar o violento ataque às suas condições de vida e de trabalho. Houve mobilização massiva em todo o país das, com 500 bloqueios, levantados pelas organizações dos desempregados. Uma greve nacional de um dia de ferroviários, trabalhadores da educação, portuários, aeronáuticos e motoristas de ônibus mostrou a disposição de luta dos trabalhadores. Os metalúrgicos lançaram um plano de luta e bloquearam a estrada em Villa Constitución. A

em mente que viemos de anos de passividade, de colaboração entre organizações sindicais e governos, de institucionalização dos movimentos, de desmobilização, de isolamento dos que queriam combater. A resposta imediata com mobilizações de massa e greves como a de 24 de janeiro mudou a situação política. A ação dos oprimidos com seus próprios métodos de luta fez o seu caminho. É nesse contexto de aceleração da luta de classes que ocorre a derrota legislativa do governo com a Lei Ônibus, mostrando os embates dentro da burguesia, dentro de seus partidos, e a rebelião dos governadores.

O governo está ciente, a burguesia está ciente, de que seu programa só pode ser aplicado por meios autoritários e ditatoriais, razão pela qual decretou, desde o início, o protocolo repressivo e as políticas destinadas a criminalizar o movimento operário, impedindo seus protestos. Por outro lado, tentou impor suas leis sem debate, com base na extorsão de governadores e legisladores, atropelando todas as formas democráticas.

O protocolo repressivo foi derrotado pela intervenção maciça das massas. A Lei Ônibus teve de ser retirada para evitar seu fracasso total. O DNU (Decreto de Necessidade e Urgência) foi atrapalhado por recursos judiciais que atrasaram alguns aspectos de sua aplicação e porque o governo não quer que seja discutido no Congresso devido ao perigo de que possa ser rejeitado pelas duas Câmaras.

O ataque às províncias não foi apenas verbal: cortou arbitrariamente o envio de fundos. Primeiro, pressionou para que seus deputados votassem a favor da lei, e, depois, os puniu por não terem feito. Isso agravou a crise política da burguesia. Nada menos que um governador do PRO se colocou à frente da rebelião ameaçando ao governo nacional de cortar o fornecimento de petróleo e gás, obtendo o apoio de quase todos os governadores e de toda a população. Inadvertidamente, questionava a propriedade das jazidas.

Na abertura do ano legislativo, Milei insistiu em sua Lei Ônibus e convocou uma reunião com os governadores para exigir seu apoio novamente e que, se votassem a favor, poderiam discutir a coparticipação, especificamente visando alcançar as reformas trabalhista e previdenciária, retornando ao regime AFJP (Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões). Essa proposta começou a afundar imediatamente. A primeira reunião marcada para 8 de março teve de ser adiada e substituída por algumas reuniões parciais. O governo quer se manter firme em seu programa e não recuar. Sua “loucura” nestes dias é o resultado da inviabilidade de sua política que leva a uma explosão social, como também alertaram a Igreja e o FMI.

Derrotar a política de Milei é derrotar a política do FMI, dos bancos internacionais e locais, das grandes corporações, que atuam por trás dele. É claro que essa derrota deve ser nas ruas, é com a greve, com as mobilizações, os bloqueios, unificando todas as reivindicações dos oprimidos. Não será pelo Congresso, nem pelo Judiciário, nem pelos governadores, embora possam rejeitar parcialmente suas políticas.

A burguesia e o imperialismo destruíram o país, primarizando a economia, desmantelando parte de sua indústria, saqueando e dividindo-o. Deixaram o país de joelhos diante do FMI ao aplicar seu programa, reconhecendo uma dívida fraudulenta que condiciona toda a economia.

Não queremos substituir Milei por outra variante que se baseia nos mesmos princípios, de respeito ao capital concentrado e monopolista, de pagamento de dívidas fraudulentas, mesmo que tente aplicar métodos e formas mais “democráticas”.

A burguesia já tentou, com todas as suas frações, com todas as suas variantes, e levou o País ao desastre. Nenhuma ilusão em suas instituições, em seus partidos, em seus dirigentes.

É preciso preparar a saída própria dos oprimidos, conquistar a independência política. A CGT e CTA têm de romper com os patrões e os seus partidos, têm de se submeter ao mandato e às reivindicações das bases. Os trabalhadores devem recuperá-las para a luta.

A partir das assembleias nos bairros, nas fábricas, nos locais de trabalho e de estudo, é preciso organizar a resistência para derrotar essa política e preparar a luta pelo poder da maioria oprimida, ou seja, de um governo operário-camponês. Para que a classe operária possa dirigir a maioria, ela deve se tornar politicamente independente, levantar a Frente Única Anti-imperialista e construir seu partido revolucionário que a orientar nessa luta.

(Extraído do Jornal Massas, nº 452, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Bolivia

Enfrentamentos por ambição de poder levam o MAS a sua divisão e agonia insalvável

O segundo ampliado do Movimento ao Socialismo (MAS) evista (refere-se a Evo Morales), realizado em Cuatro Cañadas ratifica sua posição de não convocar um novo Congresso, conforme instruções do Tribunal Nacional Eleitoral e ratifica Evo Morales como único candidato. Por outro lado, o “Pacto de Unidade”, relacionado com Arce, convoca o X Congresso Ordinário do Movimento ao Socialismo para 3 de maio, na cidade de El Alto, para eleger uma nova direção nacional e proclamar Arce Catacora como candidato às primárias. A pressa é o prazo para credenciar candidatos para as eleições primárias, conforme estabelecido no calendário eleitoral, que fixa uma data para as candidaturas e, portanto, define qual bloco permanece com personalidade jurídica, uma determinação que é feita pelas autoridades eleitorais, que demonstraram claramente a sua parcialidade com o oficialismo em função do governo.

Muitas vozes continuam a assegurar que esta luta interna masista é uma farsa, uma tática política para, posteriormente, proclamar uma candidatura única com os líderes “reconciliados” e, assim, esmagar a oposição eleitoral. Embora o desfecho deste romance político de confrontos só seja conhecido em maio, o objetivo é que o Movimento ao Socialismo, desde o seu nascimento, seja uma organização formada por oportunistas que procuram de alguma forma assaltar os cofres do Estado; um movimento político “peguista” onde a fama do seu líder Evo Morales permitiu vitórias eleitorais durante mais de uma década. Com a imagem do “chefe” desgastada aos olhos da grande maioria, ganha destaque o nada “tilín” Arce, que se mostrou tão ambicioso de poder quanto seu professor; reunindo milhares de correligionários, que procuram continuar com funções governamentais por mais cinco anos, bem como dirigentes sindicais corruptos, que não querem abrir mão da garrafa de privilégios e esmoladas que recebem do governo.

A implosão é real e a sua crise responde a causas internas e não externas. E mais. Ele vive sua fase de decomposição política, confrontando de forma irreconciliável os dois líderes e seus anfitriões até a morte. Ninguém desistirá de suas candidaturas, antes a tática é anular o adversário, banindo a candidatura do adversário e se apropriando da sigla. Definitivamente, a corrupção exacerbada e a ambição da militância a nível de liderança e de base constitui o cancro que está na sua fase terminal, que irá enterrar este movimento da cena política nacional.

O que é lamentável sobre esse turbilhão interno masista é que ele afeta a vida interna dos sindicatos e das organizações-mãe. Os últimos acontecimentos de confronto com assobios e golpes no

Congresso da CONAMAQ, realizado em Oruro, aprofundam a divisão e o paralelismo que se estabeleceu como norma nestes tempos de nacionalização das organizações sociais. Para não perder o controle da Central Operária Boliviana, o governo impõe o “silêncio sindical” com a não convocação do Congresso Ordinário, o que deixa o movimento

operário e popular num estado de indefesa; com lideranças subservientes à Arce com quase uma década de extensão de funções, assumiram a principal organização sindical do país.

Os trabalhadores devem realizar um debate maduro e superar de forma crítica e autocrítica este ciclo político que se fecha e que significou uma verdadeira calamidade para o movimento operário, uma vez que a independência política da classe trabalhadora e das suas organizações contra o Estado burguês e os governos masistas. Não se pode permitir que sejam causados mais danos às organizações sindicais. Portanto, é importante não se deixar arrastar por nenhuma destas duas frações de oportunistas e lutar arduamente para recuperar o C.O.B., o F.S.T.M.B. e o C.T.F.B. para as bases.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2780. Órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



No. 2780
06/03/24
Edición digital
PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO



Sección Boliviana del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV. Internacional

LA MUERTE POLÍTICA DEL M.A.S. Y LA ESCANDALOSA POLITIQUERÍA SON EXPRESIÓN DEL AGOTAMIENTO DEL RÉGIMEN BURGUÉS

La politiquería en el Parlamento en torno a la lucha por el poder, al margen de las necesidades de las grandes mayorías empobrecidas, pone en evidencia la caducidad del régimen burgués dentro del que ya no es posible una salida que responda a las necesidades del país.

No hay otro camino que la revolución social dirigida por el proletariado para resolver los problemas estructurales del país en un nuevo Estado de obreros, campesinos y de los sectores mayoritarios de la clase media oprimida.

Un nuevo bochornoso espectáculo de pelea en la Cámara de Diputados entre la oposición neoliberal aliada con el ala Evista del MAS y los Arcistas oficialistas. Lucha despreciable con fines puramente electoralistas en la perspectiva de las elecciones del 2025. Los opositores buscando hundir al Gobierno con el pretexto de los magistrados prorrogados y éste aferrado en mantenerlos como servil herramienta a su favor en esta pugna.

La lucha politiquera se desarrolla en el marco de la muerte política del M.A.S. hoy dividido entre Arcistas y Evistas y la vieja derecha neoliberal que aspira a resucitar ante la debacle masista.

Políticamente el MAS es un sombi (un muerto)

Se impone la necesidad de la lucha unitaria. No es posible que la acción unitaria pueda construirse sin una plataforma de reivindicaciones que exprese las necesidades e intereses de todos los sectores. Implica la superación del obstáculo de la burocracia sindical.

CON EL P.O.R. AL SOCIALISMO

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Haiti

Nação oprimida reage à ameaça de intervenção imperialista



No dia 01/03/2024, o primeiro-ministro e presidente interino, o ditador Ariel Henry, assinou um acordo com o presidente do Quênia, Williams Ruto, para o envio de 1000 policiais para o Haiti. Essa medida é o primeiro passo para iniciar a Missão Multinacional de Apoio à Segurança do Haiti (MSS), aprovada em outubro do ano passado pelo Conselho de Segurança da ONU.

Essa clara agressão à soberania do país, apoiada pelo fantoche do imperialismo Ariel Henry, provocou uma reação de grupos armados, com a invasão de um importante presídio na capital e a fuga de cerca de 4000 presos.

O líder da aliança de gangues “G-9 e Família”, Jimmy Cherizier (“Barbecue”) declarou que todos os grupos armados da capital e das províncias estão unidos pela renúncia de Ariel Henry, e que, caso não renuncie, o país correrá o risco de uma “guerra civil”.

Sendo o único país a ter tido uma guerra de libertação dos escravos negros vitoriosa, que expulsou o colonizador francês e declarou sua independência formal em 1804, o Haiti tem sofrido nos últimos dois séculos com uma brutal opressão nacional exercida, principalmente, pelos Estados Unidos.

A última intervenção estrangeira da ONU se deu em 2004, por meio da “Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti” (MINUSTAH), “liderada” pelo Brasil e comandada de fato pelos EUA, que teve como resultado apenas a perpetuação da miséria, fome, disseminação de doenças, além dos casos de violência e abusos sexuais cometidos pelas tropas estrangeiras contra o povo haitiano.

Com o encerramento da “Missão” e a retirada das tropas estrangeiras, a barbárie só se agravou. As contradições sociais fizeram florescer a criminalidade e o surgimento de dezenas de gangues nos bairros periféricos. Assassinatos, estupro e seqüestros se

tornaram fatos corriqueiros. O Haiti é o exemplo mais dramático, na América Latina, dos efeitos da dominação imperialista sobre um país semicolonial.

Em julho de 2021, o assassinato do presidente Jovenel Moïses por um grupo de mercenários colombianos, orquestrado pelos Estados Unidos, enojou e indignou toda a nação oprimida. O golpista Ariel Henry, indicado pelo imperialismo norte-americano, logo assumiu a presidência “interina”, permanecendo no cargo até então.

Em setembro de 2022, os oprimidos do país se levantaram contra o anúncio do governo de suspender o subsídio aos combustíveis, o que desencadeou uma onda de protestos e saques ao comércio e instalações de “ajuda humanitária”. O grupo “G-9 e Família” ocupou e paralisou o terminal de exportações de petróleo Varreux, em apoio ao levante das massas.

Como uma resposta à ocupação do terminal, o Conselho de Segurança da ONU aprovou sanções contra o líder Jimmy Cherizier, e passou a discutir a solicitação do ditador Ariel Henry de intervenção estrangeira, a qual foi aprovada em outubro de 2023, sob a liderança do Quênia.

A solicitação de intervenção estrangeira gerou indignação das massas, que realizaram massivos protestos contra a medida. No entanto, não faltam vozes do imperialismo clamando pela intervenção da ONU para resolver a “crise humanitária”.

A atual rebelião protagonizada pelos grupos armados, que já tomou o controle da maior parte da capital do país, é uma expressão deformada da revolta da nação oprimida contra o intervencionismo estrangeiro. A ausência de uma direção revolucionária, proletária, é um obstáculo para que as massas, sob a direção da classe operária, possam se armar e assumir com suas próprias mãos a derrubada revolucionária do regime fantoche e a constituição de um governo operário e camponês, que nacionalize os meios de produção e expulse o imperialismo do país.

Os explorados do mundo todo devem se colocar em defesa da nação oprimida contra a intervenção imperialista. Por mais agudas que estejam as contradições sociais, estas só se agravarão com uma intervenção externa. São as próprias massas haitianas que devem assumir a solução dos problemas da nação oprimida, contando com a solidariedade internacional da classe operária e demais explorados.

Abaixo o intervencionismo imperialista no Haiti!

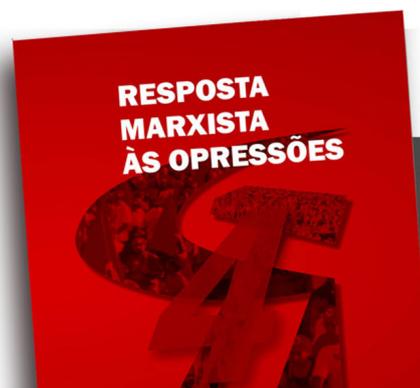
Que os explorados haitianos levantem uma frente única anti-imperialista!

Construir a solidariedade internacional da classe operária em defesa da autodeterminação das nações oprimidas!

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Dois anos de guerra na Ucrânia

Fora a OTAN, fora as bases militares norte-americanas da Europa, acabar com o armamentismo!

Só a classe operária unida e organizada, com os seus próprios métodos de luta e as suas próprias políticas, pode pôr fim ao imperialismo e às suas guerras

24 de fevereiro de 2024

• A guerra provocou um verdadeiro desastre com milhares de mortos e feridos, a destruição de parte de seu aparato produtivo, sua infraestrutura, suas casas. Milhões de ucranianos migraram para o oeste, incluindo centenas de milhares que recusaram a alistar-se no exército para lutar contra seus irmãos. O endividamento da Ucrânia é enorme, está hipotecada. Grandes consórcios lutam pela sua reconstrução multimilionária e para se apropriarem de suas terras. A guerra teve um forte impacto na economia, especialmente na Europa.

• A guerra provocada pelo imperialismo é a continuação da guerra comercial que se intensificou nas últimas décadas, como alertava o CERQUI. É uma expressão de sua decomposição e crise.

A guerra na Ucrânia é de responsabilidade dos EUA e da Otan, que arrastaram a Europa. O objetivo estratégico é enfraquecer e atacar a Rússia para desarmá-la, criar as melhores condições para sua derrota, apropriar-se de seus vastos recursos. O objetivo de derrotar e subjugar a Rússia nasceu desde o momento do triunfo da Grande Revolução de 1917.

Os EUA e a OTAN se comprometeram a não se expandir para além da Alemanha, quando Bush e Gorbachev “finalizaram” a Guerra Fria. No entanto, todos os governos dos EUA violaram esse compromisso ao avançar cada vez mais para o leste, tentando incluir a Ucrânia e a Geórgia. Essa era a “linha vermelha”, o limite que França, Alemanha e setores dos EUA recomendaram não cruzar, porque, fazê-lo, seria uma declaração de guerra contra a Rússia, que se via cercada.

Os poderosos consórcios produtores de armas estão conduzindo esta guerra e todas as guerras.

Os EUA também pretendem recuperar a hegemonia que estavam perdendo e construir uma nova ordem mundial, uma vez que a anterior se esgotou, forçando uma nova redistribuição em seu benefício. Usou a Ucrânia como bucha de canhão e prolonga a guerra, da qual se não sabe como sair. Nunca permitiu que o governo ucraniano negociasse a paz. A verdadeira condução da guerra é feita em Washington.

O imperialismo travou uma campanha feroz na mídia de todo o mundo para isolar a Rússia, condená-la, apresentá-la como agressora. Impôs uma série de sanções econômicas e financeiras que acabaram atingindo a Europa. Forneceu armamento sofisticado em grandes quantidades, treinou as forças armadas ucranianas por mais de 20 anos, enviou especialistas militares e mercenários e forneceu apoio logístico e financeiro.

• Nesta época de guerras, revoluções e contrarrevoluções, de decomposição e crise capitalista, todas as guerras têm essa base material. É a forma como o imperialismo, especialmente os EUA, tenta recuperar seu papel hegemônico e impor seu controle e dominação sobre vastos setores do planeta, para tomar recursos ou condicionar seus concorrentes. Esta é a base comum da guerra que desencadearam na Ucrânia, no genocídio contra o povo palestino,

que se transforma numa ofensiva militar contra outros países da região. A OTAN definiu a China como seu principal inimigo estratégico e contra o qual deve se preparar, e que a Rússia é o inimigo a ser derrotado agora.



• O colapso da URSS e o fim do Pacto de Varsóvia abriram caminho para que as potências imperialistas avançassem para o leste, com bases da OTAN, contando com oligarquias locais, que generosamente haviam financiado. Tais potências procuraram aproveitar a oportunidade para subjugar os países da Europa Oriental e alguns da ex-URSS e isolar a Rússia para depois cercá-la. Ao mesmo tempo, tiveram de impedir que as massas, que organizaram mobilizações extraordinárias contra a burocracia estalinista e o intervencionismo da URSS, se desenvolvessem e se levantassem contra as oligarquias que tomaram conta dos governos.

• A Ucrânia foi subjugada colonialmente pelos EUA e, desde 1992, se iniciaram negociações para incorporá-la à Otan, antes de qualquer outro país. Os EUA, que intervieram ativamente desde 2003, para esmagar a resistência proletária, alimentando forças de extrema-direita, foram os responsáveis pelo golpe contrarrevolucionário de 2014 e pela política de guerra civil contra o leste da Ucrânia, que até dois anos atrás havia feito mais de 15.000 vítimas. Era preciso romper a unidade da luta dos oprimidos, isolar o setor mais radicalizado e mais relacionado à Rússia, para avançar com o processo de restauração capitalista. A Constituição foi alterada para se adequar às suas exigências. O FMI e as políticas de endivida-

mento completam o quadro da subjugação, de verdadeira anexação econômica, diplomática e militar.

A Ucrânia tem exigido constantemente, mas ainda não foi incluída na União Europeia, apesar de todas as promessas e suposta solidariedade dos países europeus.

A Ucrânia só será capaz de se autodeterminar, como fez na década de 1920, no quadro de triunfo da revolução proletária, da reconstrução da URSS, da expulsão do imperialismo, da recuperação das empresas saqueadas-privatizadas e desconhecendo a dívida. Essa é uma tarefa da revolução social. As raízes soviéticas que permitiram a autodeterminação da Ucrânia diante das potências imperialistas deverão dar lugar uma nova Ucrânia, como parte das revoluções socialistas na Europa e da recuperação das conquistas da Revolução Russa que edificou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), liquidada há trinta e dois anos pela contrarrevolução.

- A guerra destruiu a economia europeia, devido ao preço dos alimentos e da energia, desacelerou seu crescimento e começou a entrar em recessão. Uma parte crescente do seu orçamento deve ser destinado a alimentar o aparato militar e a ajudar a Ucrânia. Neste ponto, os EUA conseguiram quebrar o fornecimento de energia barata da Rússia para impor a venda de seu gás. Cumpriu sua ameaça de destruir os gasodutos. A Europa fica condicionada pela competição com os EUA, e está afundando.

- Os governos da Europa são responsáveis por terem aderido a esta guerra, por se submeterem à orientação dos Estados Unidos, por permitirem a crescente militarização do continente e alimentarem o perigo de uma guerra generalizada. A guerra na Ucrânia não é uma guerra qualquer. Está localizada no coração da Europa, no principal teatro das guerras mundiais. São responsáveis os partidos políticos e especialmente as organizações sindicais, paralisadas mesmo tendo a guerra debaixo do nariz, bem como cooptadas pela infernal campanha midiática do imperialismo e por sua política conciliadora com os governos. Houve poucas e honrosas exceções de setores operários que se recusaram a embarcar armas para a guerra.

A Federação Russa deve ser defendida com os métodos da classe operária, o que de forma alguma significa apoiar Putin e suas políticas. A própria classe operária russa deve tomar a defesa em suas próprias mãos, restabelecendo a fraternidade com seus irmãos no Leste Europeu. A opressão burocrática exercida durante várias décadas pelo estalinismo golpeou essas relações. A classe operária e os oprimidos da Ucrânia devem apontar suas armas para o governo Zelensky e restaurar a unidade com os trabalhadores e oprimidos do Leste. A unidade da classe operária russa e ucraniana contra a ofensiva do imperialismo e a escalada militar mundial depende de se constituir uma direção revolucionária que encarne a luta contra qualquer forma de opressão nacional e trabalhe pelo direito à autodeterminação e à separação como produto da revolução social.

- A “contraofensiva” ucraniana de 2023 fracassou. As sanções à Rússia fracassaram, já que alcançou um crescimento maior do que a Europa no ano passado e este ano. A Rússia conseguiu consolidar suas posições e avançar. O imperialismo vem congelando as ajudas, apesar dos discursos de Zelensky. Alemanha disse recentemente que não será capaz de fornecer as armas requeridas, os EUA não têm conseguido aprovar um pacote de ajuda, privilegiando seus recursos para Israel. O governo de Zelensky não está conseguindo recrutar novos soldados, suas munições são escassas e acaba de demitir o comandante de suas Forças Armadas.

- A guerra somente teve como ser sustentada por dois anos de-

vido ao financiamento, à entrega de armas e ao treinamento militar realizados pelos Estados Unidos e aliados. O imperialismo não fez senão manter a posição tomada desde o início da década de 2000. Com a diferença que aumentou o intervencionismo e ampliou o bloco de aliados dispostos a ir à guerra com a Rússia. Os recentes acordos bilaterais da França e da Alemanha com o Estado ucraniano de defesa mútua são um caminho para colocar a Ucrânia sob o poder da OTAN, já que formalmente não teve ainda como ser admitida, como foram a Finlândia e a Suécia. O ministro da Defesa da Alemanha assinalou que os alemães estão diante do objetivo de acelerar o rearmamento para enfrentar a Rússia. A propaganda de que a Rússia ameaça a segurança da Alemanha e da Europa oculta que a guerra se tornou inevitável devido ao cerco da OTAN, uma ameaça objetiva e clara à segurança da Rússia. Não é a Rússia que põe em risco a estabilidade da Europa que se encontra mergulhada na crise mundial do capitalismo, mas sim a aliança imperialista montada pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, que tem por espinha dorsal a OTAN. Não há como ocultar que a OTAN, como braço armado dos Estados Unidos, constituído em 1949, sob a doutrina da Guerra Fria contra as revoluções e o comunismo, é um fator das tendências bélicas que trazem o espectro de uma nova guerra mundial. Essa situação deve ficar clara para a classe operária e demais explorados, de forma a levantar a bandeira do desmonte da OTAN e das bases militares norte-americanas.

- A guerra não é interrompida por discursos ou resoluções da ONU. Os acordos de Minsk I e II de 2014/2015 já fracassaram. Para acabar com a guerra se deve acabar com a dominação imperialista. Enquanto existir, sempre haverá guerras, a paz duradoura é impossível. A única classe em condições de derrotar a política do imperialismo é a classe operária, unida e organizada. Respondendo internacionalmente à barbárie. Temos de quebrar a paralisia das direções políticas e sindicais da classe operária, que deve tornar-se a direção dos levantes populares que exigem o fim da guerra, o fim dos armamentos, o desmantelamento da OTAN e das bases militares dos EUA. Seus métodos são os tradicionais, as greves, as ocupações, as mobilizações, os piquetes. A bandeira da classe operária que expressa esse caminho é a da paz sem anexação entre a Ucrânia e a Rússia, sem nenhuma condição imposta pelos Estados Unidos e aliados.

As extraordinárias mobilizações em solidariedade ao povo palestino são de grande importância, por sua avassaladora massividade, especialmente nos países imperialistas, e têm um conteúdo anti-imperialista, que deve ser guiado pela política da classe operária para que seja vitoriosa. E que deve tomar em suas mãos as bandeiras de “Fora a OTAN e os EUA fora da Europa!”, “Fim do armamentismo!”

Somente a classe operária será capaz de impor uma paz duradoura que permita a reconstrução da Ucrânia e a reconstrução da unidade proletária de todos os países.

- O tempo todo se evidencia a crise da direção revolucionária da classe operária, a necessidade de sua Internacional a ser reconstruída, o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, para orientar a luta do proletariado internacional. A destruição da III Internacional pelo estalinismo, o massacre dos dirigentes que fizeram a Revolução de Outubro e a perseguição em todo o mundo, somadas à dissolução da IV Internacional pelas correntes centristas e revisionistas do marxismo-leninismo-trotskyismo mostram a enorme tarefa que temos pela frente, diante de um extraordinário agravamento da luta de classes em todo o mundo, a expansão das guerras e a barbárie que se manifesta entre centenas de milhões de habitantes.

Trotsky e a Ucrânia

Diante da guerra na Ucrânia, a vigência das formulações de Trotsky



A guerra na Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro de 2022, completou dois anos, sem perspectiva de solução. A determinação de Putin para que o exército russo invadisse o território ucraniano, certamente, tem antecedentes que se encontram na crise de 2013-2014. A guerra civil de 2014 e a intervenção da Rússia prenunciaram a via da confrontação que eclodiria seis anos depois. Os acordos de Minsk (2014-2015), que previam uma forma de federalização, resultaram de uma manobra do imperialismo para ganhar tempo. A retomada da Crimeia pela Rússia, em 2014, que havia sido cedida à Ucrânia nos marcos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1954, evidenciou a profundidade e a extensão do conflito.

Os Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra aproveitaram a dissolução da URSS em dezembro de 1991 para arrastar as ex-repúblicas soviéticas e transformá-las em Estados vassalos do grande capital. A forma desse processo consistia em vinculá-las à União Europeia, o que incluiria a subordinação à OTAN. Desde 2008, principalmente, os Estados Unidos assinalaram que estava posta uma nova etapa de ofensiva da OTAN contra o domínio da Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas, como continuidade de sua instalação no Leste Europeu a partir dos anos de 1990. A intervenção da OTAN na crise que desmoronou a Iugoslávia, com bombardeios em 1999 à Sérvia, alertou o governo russo de que cresciam os perigos de confrontações na Europa.

A instalação de forças centrífugas na vasta e rica região onde se estabeleceu a URSS, como resultado da Revolução Socialista de 1917, foi impulsionada pelas potências imperialistas, que vinham desenvolvendo a “Guerra Fria”, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, alicerçada na OTAN, constituída em 1949. A derrocada da URSS contou com a convergência de forças contrarrevolucionárias internas - fortalecidas pelo processo de burocratização do Estado operário, degeneração da ditadura do proletariado, desfiguração completa do Partido Comunista e liquidação da III Internacional - com forças econômicas, políticas e militares externas encarnadas pelo imperialismo. A URSS já não poderia sobreviver sobre a base das mudanças nas relações de produção e na potenciação da economia de mercado. Desabaram a economia planificada e o monopólio do comércio exterior, uma vez que a burocracia dirigente promoveu a quebra do sistema de economia nacionalizada e o retorno da primazia da propriedade privada dos meios de produção. A força de trabalho deixou de ser um fator de construção das relações socialistas de produção originadas da revolução social para servir à exploração capitalista.

A Rússia que emergiu em meio ao turbilhão do desabamento da URSS se viu na condição de se sujeitar ao poder do imperialismo dirigido pelos Estados Unidos ou de se afirmar como país independente. Essa contradição está na base dos choques que levaram à guerra da Geórgia, de 1995-1996 e 1999-2000, ao confronto armado com a Geórgia em 2008 e à guerra com a Ucrânia iniciada em 2022.

O ingresso das ex-repúblicas soviéticas do Báltico - Letônia, Lituânia e Estônia - e de todo Leste Europeu na OTAN montou um cerco de ferro à Rússia. O imperialismo fracassou em fazer o mesmo com a Geórgia e procura não fracassar com a Ucrânia. Um avanço se deu com a subordinação recente da Finlândia e da Suécia.

A Rússia nada pôde fazer contra esse movimento dos Estados Unidos e seus aliados.

Dois anos se passaram e a guerra na Ucrânia não está decidida. Mas, tudo indica que a Rússia garantirá o terreno conquistado. O imperialismo evitou a intervenção direta da OTAN e, assim, o transbordamento do conflito para toda a Europa. Utilizou a Ucrânia para promover a escalada militar em todo o mundo, principalmente no Indo-Pacífico em razão do recrudescimento da guerra comercial com a China.

A inesperada guerra de Israel contra a Faixa de Gaza pôs à luz do dia a dimensão da crise mundial do capitalismo e os métodos militares do imperialismo. A guerra na Ucrânia, certamente, continua ocupando o epicentro da desestabilização da ordem constituída após a Segunda Guerra Mundial. A Rússia terá de ceder terreno, cedo ou tarde, caso contrário se verá diante de uma guerra com os Estados Unidos e aliados, cujos germens estão implantados na guerra da Ucrânia. Não terá como manter o controle de parte significativa das ex-repúblicas soviéticas exercendo a opressão nacional, que é típica da época imperialista.

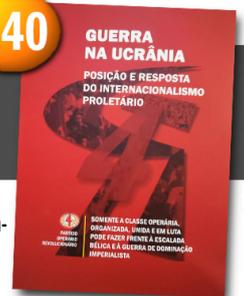
A questão da autodeterminação das nações oprimidas se estampa na disputa territorial pelo controle da Ucrânia. Trata-se de um problema geral. O que se passa na Ucrânia, considerando suas particularidades, se verifica também na guerra sionista contra os palestinos. A luta contra a opressão nacional está em pleno vigor. As forças capitalistas conduzidas pelas potências, nas condições de limitação da hegemonia norte-americana, necessitam subordinar ainda mais as débeis economias. A anexação da Ucrânia à União Europeia é de ordem estratégica para os Estados Unidos, Alemanha e demais aliados. Ocorre que a guerra travada pela Rússia contra a movimentação e os objetivos das forças imperialistas não tem como impor uma derrota que barre a ofensiva da OTAN e faça o imperialismo recuar no cerco que vem se estabelecendo à Rússia desde que a URSS se desmoronou.

A divisão entre o proletariado russo e ucraniano, entre o povo russo e ucraniano, é o fator que, em última instância, favorece a escalada militar das potências. É fundamental estabelecer, em meio a tais contradições, o terreno da luta do proletariado contra a guerra, a escalada militar e o cerco à Rússia. Não se pode confundir a política de guerra de Putin como sendo a política da classe operária contra a barbárie imperialista. E não se pode desconhecer a diferença entre a política de guerra do imperialismo e a da Rússia. Na situação, o inimigo principal mais perigoso para as nações oprimidas e as massas exploradas são os Estados Unidos e sua aliança que estão encarnando as forças cegas que se desprendem do capitalismo em decomposição e que impulsionam as guerras de dominação. Essa distinção, porém, depende da luta de classes e da vanguarda que tem em suas mãos a tarefa de combater

LANÇAMENTO!**GUERRA NA
UCRÂNIA**Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário**R\$ 40****GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSIÇÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



o imperialismo com o programa da revolução social. É por essa via que os explorados ucranianos e russos encontrarão o caminho da unidade, e com ela a unidade mundial do proletariado.

Nesses dois anos de guerra, é possível constatar o acerto da linha programática estabelecida pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). Sua linha tem suas raízes nas formulações de Trotsky e, portanto, da Oposição de Esquerda Internacional, lançadas em 1939, quando a Ucrânia se viu envolvida na Segunda Guerra Mundial pelas ações da Alemanha, controlada pelo nazismo. Esse reconhecimento é importante para iluminar o caminho do proletariado que se encontra estilhaçado, confundido e desorientado pelas direções que servem aos interesses dos governos imperialistas e aos da oligarquia russa restauracionista.

Passamos, então, à exposição da linha programática de Trotsky, elaborada em 1939, de maneira a identificar as raízes que sustentam a posição atual do CERQUI. Neste Jornal Massas, trataremos do documento “A Questão Ucraniana” e nos próximos daremos continuidade (“A independência da Ucrânia e a confusão sectária”, “Os feudais democráticos e a independência da Ucrânia”, “A guerra e questão ucraniana”).

A Questão Ucraniana

Trata-se de um pronunciamento de Trotsky emitido em 22 de abril de 1939, na situação em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial. Em 1º de setembro, o exército alemão invadiria a Polônia. A Ucrânia imediatamente ocupou um lugar estratégico para o imperialismo alemão. Hitler almejava a criação de uma “Grande Ucrânia”. Trotsky denuncia a II Internacional pelo fato de “ignorar completamente a questão ucraniana”. Ao lado dessa atitude contemplativa dos reformistas, comparece a posição da burocracia estalinista. Trotsky demonstra que havia uma evidente relação do que se passava com a Ucrânia “com a degeneração da União Soviética e da III Internacional”. Nesse marco, assinala “os êxitos do fascismo e iminência de uma nova guerra imperialista”.

A Ucrânia fatalmente se encontrava no caminho dessas forças históricas. Esse lugar estratégico teria de ser reconhecido pela política do internacionalismo proletário. Eis a caracterização de Trotsky: “Crucificada por quatro Estados, a Ucrânia ocupa agora no destino da Europa a mesma posição que uma vez ocupou a Polônia, com a diferença de que as relações mundiais são atualmente muito mais tensas e os ritmos do processo, muito mais acelerados. No futuro imediato, a questão ucraniana está destinada a jogar um importante papel na vida da Europa”. Recolocava-se, portanto, a questão do direito à autodeterminação.

O posicionamento da IV Internacional diante da guerra e da situação particular da Ucrânia partia desse fundamento programático. Trotsky recorre à história da luta bolchevique contra toda a forma de opressão nacional. Recorda que o “Partido Bolchevique, não sem dificuldade, e somente gradualmente, sob constante pressão de Lênin, pôde adquirir um enfoque correto da questão ucraniana. O direito à autodeterminação, isto é, à separação, foi estendido igualmente por Lênin tanto aos polacos como aos ucranianos. Ele não reconhecia nações aristocráticas. Toda tentativa de evadir ou postergar o problema de uma nacionalidade oprimida considerava expressão do chauvinismo grã-russo”.

Stalin se chocou com Lênin tanto na questão da Geórgia quanto na da Ucrânia em 1922, quando procurou impor a centralização burocrática. Posteriormente, após a morte de Lênin, Stalin, na direção do Partido Comunista, exercerá uma violenta repressão às manifestações nacionais que emergiam na Ucrânia. De forma que, “para a burocracia totalitária, a Ucrânia soviética se tornou uma divisão administrativa de uma unidade econômica e de uma base

militar da URSS”. Essa política criou confusão entre a população ucraniana e favoreceu “as camarilhas ucranianas mais reacionárias”, que passaram a prometer uma “independência fictícia”. Hitler, por seu lado, passou a se valer dessa confusão.

Trotsky chega a uma conclusão de grande importância: “Pode-se acrescentar agora que, se não fosse pela violação da Ucrânia soviética, por parte da burocracia estalinista, não haveria política hitlerista na Ucrânia”. A opressão nacional exercida pela burocracia estalinista facilitou a gestação do nacionalismo contrarrevolucionário. Nessas condições, a Ucrânia é utilizada como uma moeda de troca entre Hitler e Stalin. Trotsky analisa tais relações diante da iminência da Segunda Guerra Mundial e reconhece “a enorme importância da questão ucraniana, não somente quanto ao destino desta e do sudeste europeu, mas também da Europa em seu conjunto”. Evidencia o lugar estratégico da Ucrânia, por seu “território excepcionalmente rico”.

Sobre essa base, Trotsky levanta a bandeira “Por uma Ucrânia soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”. Seu conteúdo programático se opõe à “vitória de um bando ou de outro que só pode significar um novo desmembramento e uma vassalagem ainda mais brutal do povo ucraniano”. Eis a essência dessa bandeira: “O programa de independência da Ucrânia na época do imperialismo está direta e indissolivelmente ligado ao programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar alguma ilusão a esse respeito”.

O combate do proletariado pela autodeterminação da Ucrânia se vincula à tarefa de “regeneração revolucionária da URSS”. Não se tratava de uma solução imediatista: “A autentica emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou uma série de revoluções no Oeste, que possam conduzir em última instância à criação dos Estados Unidos Soviéticos da Europa”. Por esse caminho, a burocracia estalinista seria removida e a URSS, regenerada.

A tática que correspondia na situação de 1939 está expressa na seguinte formulação: “A questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia de operários e camponeses na luta contra o imperialismo, por um lado, e contra o bonapartismo moscovita, por outro”. Essa linha da IV Internacional correspondeu à defesa da autodeterminação da nação oprimida fustigada pelo imperialismo e amordaçada pela burocracia totalitária do Kremlin. Defesa essa que se condicionava aos objetivos da revolução mundial. Somente seria possível unir a classe operária contra o imperialismo, se essa se unisse para se livrar do totalitarismo burocrático exercido pela URSS estalinizada.

O documento “A Questão Ucraniana” conclui com o chamado ao movimento operário: “Nem o menor compromisso com o imperialismo, seja fascista ou democrático! Nem a menor concessão aos nacionalistas ucranianos, sejam clerical-reacionários ou liberal-pacifistas! Não à ‘frente popular’! Completa independência do partido proletário como vanguarda dos trabalhadores!”

A vigência desse posicionamento programático, diante da atual guerra na Ucrânia, é incontestável. Trata-se apenas da vanguarda revolucionária compreender as novas condições e as particularidades que levaram a Rússia a invadir a Ucrânia. As raízes dessa conflagração, que vem abalando a Europa e a ordem mundial do pós Segunda Guerra, se encontram no passado em que a IV Internacional combateu de um lado o imperialismo, seja fascista ou democrático, e de outro, a degeneração burocrática da URSS que, como tal, em última instância, serviria ao capitalismo mundial, empenhado em recuperar o terreno perdido para a revolução de Outubro de 1917.

A bandeira “Por uma Ucrânia soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente” é um guia seguro para unir o proletariado e os demais trabalhadores contra as guerras de dominação e sua transformação em guerras de libertação.

32 anos de dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

A luta de Trotsky contra o restauracionismo estalinista



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, iniciamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No Jornal Massas 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No Massas 707, tratamos do Tomo 1, vol 4. No Massas 709 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. Agora, usaremos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”

4 de abril de 1931

Trata-se de um documento voltado a estabelecer as bases teóricas e programáticas sobre a situação econômica e política em que se encontrava a URSS naquele momento e a apresentação de um diagnóstico e de possíveis prognósticos. Nota-se a necessidade de uma sistematização de acontecimentos e demonstração de tendências objetivas tanto na economia quanto na política da URSS, considerando o fato de que a Oposição de Esquerda russa havia sofrido um duro golpe com a expulsão de Trotsky, sem que tivesse uma resposta da vanguarda proletária à altura das medidas ditatoriais da burocracia estalinista. No exílio, o dirigente da Oposição de Esquerda russa se pôs imediatamente a dar continuidade ao combate ao revisionismo antileninista de Stalin e seus aliados. Havia de constituir a Oposição de Esquerda Internacional.

O Projeto de Teses “Problemas do Desenvolvimento da URSS” passou a orientar a linha do internacionalismo marxista-leninista sobre o processo de burocratização e liquidação do Partido Bolchevique. Estrategicamente, o triunfo da camarilha de Stalin, que conseguiu destituir Trotsky do Comitê Central em novembro de 1927, segregá-lo em Alma-Ata, Cazaquistão, em janeiro de 1928, e, finalmente, deportá-lo para a Turquia, significava um passo de grande importância no processo de afastamento definitivo da vanguarda proletária do comando do Estado operário. Esse acontecimento era de ordem histórica, uma vez que correspondia à luta entre a fração termidoriana encarnada por Stalin e a fração revolucionária encarnada por Trotsky. Em última instância, refletia o confronto de vida ou morte entre o nacionalismo e o internacionalismo soviéticos.

O documento “Problemas do Desenvolvimento da URSS” foi escrito dois anos depois de sua expulsão, em fevereiro de 1929. O Projeto consta de cinco partes, sendo que em cada uma delas as Teses são tratadas na forma de subdivisão. O ponto cinco é dedicado a conclusões. Nosso objetivo é o de extrair e apresentar os seus fundamentos gerais. Inúmeras são as particularidades que refletem a situação momentânea da URSS.

A abertura do Projeto expõe o caráter de classe da União Soviética. Na sequência, Trotsky trata da relação entre a economia soviética e a economia mundial; e demonstra as contradições básicas do período de transição do capitalismo ao socialismo. De forma particular, analisa o processo de industrialização e sua relação com a coletivização. Fecha esse ponto introdutório expondo a relação entre a URSS, a economia mundial e a crise capitalista. Uma vez que o Projeto de Teses resultava de uma luta de Trotsky contra a burocratização e o revisionismo estalinista desde 1924, quando morre Lênin e se abre um novo período na história da Revolução Russa, teria de necessariamente evidenciar “as contradições econômicas no período de transição”. Para isso, era imperativo deixar claro a caracterização que a Oposição de Esquerda tinha sobre o “caráter de classe da União Soviética”. Havia de analisar as contradições que se apresentavam nos planos fundamentais do processo de transição do capitalismo ao socialismo, que apenas se iniciava com a Revolução de Outubro de 1917 e a constituição da URSS, em dezembro 1922. Eis a primeira formulação: “Os processos contraditórios da economia e da política da URSS se desenvolvem sobre a base da ditadura do proletariado”. Conclui: “O caráter de uma regime social está determinado, sobretudo

do, pelas relações de propriedade”. As relações de propriedade havia se transformado ampla e profundamente com a vitória do proletariado em aliança com os camponeses diante da contrarrevolução e o estabelecimento da ditadura do proletariado. Em síntese: “A nacionalização da terra, dos meios de produção industrial e do comércio, com o monopólio do comércio exterior em mãos do Estado, constituem os fundamentos da ordem social da URSS”. A contradição se apresentava justamente na direção política e econômica do Partido Comunista russo, que passou a ser controlado por uma fração revisionista e propensa a alimentar o fenômeno histórico do termidor.

Essa fração que saiu vitoriosa diante da Oposição de Esquerda tinha de ser combatida e removida para que não se potenciase um processo de restauração capitalista. Está aí por que, na sequência das duas formulações, Trotsky reconhece a possibilidade de um retrocesso que comprometeria as relações de propriedade e, portanto, a ditadura do proletariado. Assim, deduz: “Somente por meio de um golpe contrarrevolucionário as classes expropriadas pela Revolução de Outubro, bem como a burguesia e o setor burguês da burocracia que se formou recentemente, poderiam restabelecer a propriedade privada da terra, dos bancos, das fábricas, dos moinhos, das ferrovias etc.”

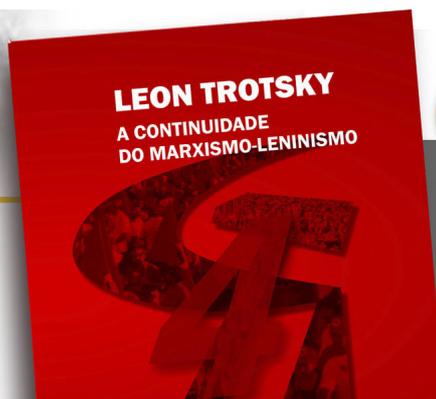
A Oposição de Esquerda identificava as contradições que emergiam no processo de construção da economia soviética e de sua transição ao socialismo. Contradições que estavam em desenvolvimento. O que exigia o entendimento de que permaneciam vigentes “as relações de propriedade, sobre as quais se assentam as relações de classe, determinam o caráter de Estado operário da União Soviética”. Qualquer outra consideração levaria a erros fatais na luta da oposição revolucionária ao revisionismo estalinista. Nesse sentido, as Teses deixavam claríssimo “a defesa da URSS contra a intervenção estrangeira e o ataque dos inimigos internos (...)”. Não poderia haver “ambiguidade ou reserva sobre este problema”. A luta da Oposição de Esquerda Internacional estava dirigida precisamente à defesa do caráter social do regime e das relações de propriedade que se constituíram com a revolução proletária. O enfrentamento com a burocracia estalinista se dava neste marco. De maneira que era preciso combater “as oscilações do ultraesquerdismo pequeno-burguês entre o imperialismo e a revolução proletária”. A condição para ingressar nas fileiras da Oposição de Esquerda Internacional estava em reconhecer esse fundamento programático.

As transformações nas relações de propriedade permitiram estabelecer as bases para a eliminação da “anarquia do mercado”. A forma soviética de produção possibilitou a adoção do “método econômico socialista”. O que deu impulso ao ritmo da industrialização. O problema surgia no divórcio entre a direção política e econômica da burocracia e as novas relações de produção. Esse conflito de ordem histórica indicava a possibilidade de um futuro triunfo da contrarrevolução restauracionista. No Projeto de Teses, Trotsky antecipa uma avaliação sobre esse prognóstico. Leva o seu raciocínio ao ponto de responder o que se passaria se a contrarrevolução destruísse a URSS. Eis: “Ainda que no pior dos casos historicamente concebíveis, se o bloqueio, a intervenção ou a guerra civil interna derrubarem a ditadura proletária, a grande lição da construção socialista conservaria toda a sua força para o desenvolvimento futuro da humanidade. A Revolução de Outubro conjunturalmente liquidada se veria plenamente justificada do ponto de vista econômico e cultural, e consequentemente ressurgiria”. Esse raciocínio hipotético auxiliava a Oposição de Esquerda a compreender a tarefa da vanguarda revolucionária de “fechar as portas a essa variante histórica, a pior de todas, defendendo e fortalecendo a Revolução de Outubro e transformando-a em um prólogo da revolução mundial”.

O estalinismo evidenciará o revisionismo na “teoria de um socialismo nacional autossuficiente, formulada entre 1924 e 1927”. Trotsky critica o absurdo dessa idealização nacionalista e expõe a importância de analisar as contradições “entre a economia transitória soviética e o mercado mundial que apenas começava a revelar sua importância decisiva”. Analisa nestes termos: “Em última instância, todas as contradições do desenvolvimento da URSS conduzem desse modo à contradição entre o Estado operário isolado e seu entorno capitalista. A impossibilidade de construir uma economia socialista autossuficiente em um país faz surgir em cada nova etapa das contradições básicas da construção socialista com maior amplitude e profundidade”. Se tais contradições pendessem a favor do capitalismo, as consequências para a URSS seriam catastróficas. Trotsky conclui de forma clara e peremptória: “Neste sentido, a ditadura do proletariado seria destruída na URSS se o regime capitalista que impera no resto do mundo demonstrar ser capaz de manter-se durante larga etapa histórica”. Evidentemente, se a revolução mundial não avançasse e o capitalismo mundial sobrevivesse às suas contradições, o elo débil seria o novo regime social da URSS. A teoria do socialismo nacional le-

Publicado o livro:
LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
 COM NOSSO
 DISTRIBUIDOR**

varia a burocracia a servir de instrumento de uma possível restauração capitalista. A Oposição de Esquerda estava obrigada a reconhecer essa possibilidade, mas tendo claro que tais contradições poderiam ser resolvidas em favor da revolução mundial.

Em resumo, essas são as proposições que introduzem o Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional.

No segundo ponto, é tratada a questão do “partido no regime de ditadura do proletariado”. Trotsky demonstra as contradições políticas que vão se afluando no seio do Estado operário com as deformações revisionistas do Partido Comunista. Denuncia o fato de que “a debilitação do partido ou sua degeneração podem transformar uma crise econômica de grandes proporções em causa da queda da ditadura do proletariado”. O partido que dirigiu a Revolução de Outubro se constituiu em um pilar central do Estado operário assentado no novo regime social. A burocracia estatal que foi se fortalecendo em detrimento da democracia soviética não era “uma classe, nem um fator histórico independente, mas sim um instrumento, um órgão executivo das classes” (...) “A burocracia detém diretamente o poder estatal; se eleva por cima das classes e impõe uma marca poderosa sobre o desenvolvimento destas e, ainda que não possa transformar-se por si mesma em um fundamento do poder do Estado, pode, por meio de sua política, facilitar em grande medida a transferência do poder de uma classe a outra”. A consolidação da burocracia soviética, como se vê, acabaria por ser um fator decisivo em favor do processo de restauração capitalista.

O fato dos “fatores econômicos socialistas” terem se desenvolvido não poderia ser tomado de forma absoluta e estática como se afastasse os perigos das forças capitalistas internas. Trotsky alerta para o fato de que não se devia “medir o grau de realização do socialismo pelo peso específico que têm na URSS a economia estatal e a privada”. Referia-se ao resultado das medidas e dos métodos administrativos utilizados pela burocracia estatal como reação à setores da economia privada. A coletivização e a deskulatização (combate aos kulacs) não superaríamos as contradições de base. Era preciso considerar as relações da URSS no âmbito do mercado mundial. Trotsky conclui: “Portanto, o problema do peso específico dos elementos capitalistas não se pode colocar independentemente do problema do peso específico da URSS na economia mundial”. Aí se encontravam as contradições mais poderosas. A burocracia soviética se constituía não apenas como um fenômeno interno, mas também externo.

No ponto três do Projeto de Teses, Trotsky chega à premissa fundamental do internacionalismo proletário que se opunha ao erro capital da possibilidade de construir o socialismo em um só país. Vejamos: “A burocracia soviética, que constitui um amalgama do extrato superior do proletariado triunfante com amplos setores das classes derrotadas, abriga em seu seio um poderoso agente do capitalismo mundial”. Identificava-se nestas contradições a existência de fatores de um “poder dual”, que continha o aparato burocrático. O Partido Comunista havia sido degenerado pela influência de posições políticas que no passado combateram de todas as formas o leninismo, em outras palavras, o bolchevismo.

Estava claro para Trotsky que os “fatores do poder dual se tornavam mais perigosos à medida que a vanguarda proletária suprimida perdia as possibilidades de descobri-los e eliminá-los a tempo”. Essa referência à derrota da Oposição de Esquerda indica que o poder dual poderia se desenvolver mais livremente, potenciando as tendências contrarrevolucionárias.

A passagem que em seguida transcrevemos tem uma importância especial na análise sobre a possibilidade do termidor estalinista levar à derrubada da URSS. Eis: “A partir do momento em que a tradição partidária, para alguns, ou o temor a ela, para outros, deixem de manter aglutinado o partido oficial, e as forças hostis irrompem na superfície, a economia estatal sentirá o impacto da força das contradições políticas. Todos os trustes e as fábricas cancelariam os planos e as decisões que viriam desde cima para garantir por conta própria a satisfação de seus interesses. Os contratos celebrados às costas do Estado entre determinadas fábricas e o mercado privado deixariam de ser exceção para se tornar em regra. A concorrência entre as distintas fábricas para conseguir operários, matérias-primas e mercados impulsoria automaticamente os trabalhadores a lutarem por melhores condições de trabalho. Dessa maneira, desapareceria inevitavelmente o princípio da planificação, que implicaria o restabelecimento do mercado interno e a liquidação do monopólio do comércio exterior. A situação dos administradores dos trustes se aproximaria rapidamente dos proprietários privados ou agentes do capital estrangeiro, aos quais muitos deles teriam de recorrer para sobreviver. Na aldeia, onde as fazendas coletivas que não estivessem em condições de oferecer resistência apenas teriam tempo de absorver os pequenos produtores de mercadorias, o desastre do princípio da planificação precipitaria a acumulação primitiva. A pressão administrativa seria incapaz de salvar a situação, já que o aparato burocrático seria a primeira vítima das contradições e das tendências centrífugas. Sem a força idealista e aglutinadora do Partido Comunista, o Estado soviético e a economia planificada estariam condenados à desintegração”.

Se essa possibilidade se confirmasse estaria colocado “o perigo de uma guerra civil”. O processo de degeneração do partido abriria caminho para “a forma de uma derrocada aberta e violenta” do regime soviético. A vitória do termidor resultaria na “passagem decisiva do poder do proletariado à burguesia (...) dentro dos marcos do sistema soviético”. A derrocada bonapartista concluiria em “uma contrarrevolução burguesa mais aberta, mais ‘madura’”. Esse caminho contrarrevolucionário estaria na dependência “da confrontação de forças de classes em combate”. A descrição desse processo e os prognósticos evidenciam a aplicação do método do materialismo histórico.

No ponto quatro das Teses, “A Oposição de Esquerda e a URSS”, Trotsky retoma o fundamento do internacionalismo proletário. Recorre a Lênin para afirmar a tese do bolchevismo de que a vitória da Revolução de Outubro seria uma “primeira etapa da revolução mundial”. De forma que estava colocado o combate frontal à orientação estalinista do socialismo em um só país. Essa tarefa emergia no “terreno da luta de classe internacional”. Fazia parte da estratégia

do internacionalismo marxista-leninista de enfrentamento ao capitalismo mundial e à dominação imperialista. A clareza sobre o caráter do regime social na URSS e a análise de suas contradições condicionavam a linha a ser desenvolvida pela Oposição de Esquerda. Os pretendidos opositores ao estalinismo que afirmavam que o Estado soviético já havia se transformado em “Estado burguês ou pequeno-burguês” estavam fora da realidade. Tais posições não condiziam com a explicação do processo de degeneração burocrática do Estado operário, o objetivo de reconstituir o poder soviético e de derrotar as tendências termidorianas que se instalaram no interior do Partido Comunista.

A Oposição de Esquerda reconhecia a existência de “elementos de poder dual”, que não “implicava o equilíbrio político das classes”. Não se poderia confundir o processo em desenvolvimento como se estivesse concluído. Trotsky demonstra que “o momento da transformação da quantidade em qualidade é de importância decisiva, tanto na política como em outros terrenos”. Tendo claro esse pressuposto, a tarefa da Oposição de Esquerda Internacional era a de evidenciar precisamente o momento da transformação da quantidade em qualidade. Essa era uma tarefa fundamental e “ao mesmo tempo mais difícil para a direção revolucionária”. Sobre essa base, Trotsky indica a importância de que o reconhecimento do atual Estado soviético como Estado operário implicava “reconhecer que a burguesia só poderia tomar o poder através de uma insurreição armada e além disso que o proletariado desperdiçou a possibilidade de impor-se à burocracia, de recuperar o partido e regenerar o regime da ditadura, sem uma nova revolução com os métodos e a linha da reforma”. Estava posto para Oposição de Esquerda Internacional o trabalho para que o proletariado não desperdiçasse as possibilidades de retomar os fundamentos bolcheviques do partido e regenerar a ditadura do proletariado, isso sem que implicasse uma nova revolução.

Nesse terreno de combate às tendências contrarrevolucionárias, a questão fundamental se encontrava na luta de classes, nas respostas da classe operária. Se o proletariado não reagisse e resistisse à burocratização, aumentariam os perigos da contrarrevolução termidoriana. E somente a Oposição de Esquerda poderia expressar programaticamente as posições da classe operária. Evidentemente, a derrota dos trotskistas russos expunha sintomaticamente o controle da ditadura burocrática de Stalin sobre o proletariado. Destaca-se, nesse sentido, a admissão de Trotsky de que “a ditadura da classe operária carecerá de capacidade de resistência se o seu regime distorcido levar o proletaria-

do à indiferença política”. Está aí por que a luta pela “independência política e pela iniciativa do proletariado” deveria ser a base das tarefas colocadas na situação em que ganhava força o aparato burocrático estalinista.

O ponto cinco do Projeto de Teses se volta às conclusões, que correspondem aos aspectos fundamentais do exposto nos pontos anteriores. Não é o caso de detalhar. De forma geral, as conclusões de alcance histórico são as que conservam a análise de Trotsky sobre os perigos da restauração capitalista e o posicionamento programático da Oposição de Esquerda Internacional. São 31 pontos que formam as conclusões. Destacam-se os pontos estratégicos de defesa da URSS diante das forças capitalistas inimigas; da luta contra a teoria do socialismo em um só país; do prognóstico sobre a possibilidade de liquidação da URSS; e dos objetivos programáticos da Oposição de Esquerda Internacional.

(Extraído de Escritos, Trotsky, tomo II, vol. 2, pág. 297)



LANÇAMENTO LIVRO

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Adquirar com um distribuidor do Jornal Massas ou entre em contato para saber mais

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS TRABALHADORES, ORGANIZADOS, UNIDOS E EM LUTA PODEM DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E ALIADOS

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

